

SEMPRE EM PÉ

DEFENSORES DA TERRA
E DO MEIO AMBIENTE À
FRENTE DA CRISE CLIMÁTICA
SETEMBRO—2023



Este relatório e nossa campanha são dedicados a todas as pessoas, comunidades e organizações que têm a coragem de se posicionar em defesa dos direitos humanos, da terra e do meio ambiente. No ano passado, 177 dessas pessoas foram assassinadas por fazer isso.

**AQUI, LEMBRAMOS SEUS NOMES E
CELEBRAMOS SEU ATIVISMO.**

Reconhecemos também que os nomes de muitos defensores mortos no ano passado podem estar faltando e talvez nunca saibamos quantos mais deram a vida para proteger nosso planeta.

Prestamos nossa homenagem ao trabalho deles também.

ÍNDICE

- 06** **Nossa inspiração:**
nomes dos assassinados em 2022
- 08** **Principais descobertas 2022**
- 13** **Defensores da Amazônia:**
Conectados pela Determinação
- 27** **Análise global:**
o cenário para os defensores
- 35** **Virando o jogo:** defesa contra
o boom de minérios na Ásia
- 43** **Estratégias de silenciamento:**
Aprisionando o mensageiro
- 47** **Exilado por defender:**
“Os Filhos do Lixo”
- 53** **Progresso para as pessoas e o planeta:**
10 sucessos do ano passado
- 56** **Recomendações**
56 Para governos e empresas
58 Para União Europeia
- 60** **Metodologia**
- 62** **Agradecimentos**
- 64** **Referências**



Capa: Comunidade indígena Kayapó,
Terra Indígena Baú, Pará, Brasil, 2023.

Impresso em celulose residual pós-consumo,
100% reciclada. Papel certificado: EU Ecolabel,
FSC e Carbon Balanced.

13—25

AMÉRICA LATINA

DEFENSORES DA AMAZÔNIA: CONECTADOS PELA DETERMINAÇÃO

Como guardiões da floresta, defensores da terra e do meio ambiente estão na linha de frente da exploração devastadora da Amazônia.



27—33

EM FOCO

ANÁLISE GLOBAL: O CENÁRIO PARA OS DEFENSORES

Desde quando começamos a documentação de assassinatos em 2012, pelo menos 1.910 pessoas perderam suas vidas ao redor do globo por defenderem suas terras e o meio ambiente.

35—41

ÁSIA

VIRANDO O JOGO: DEFESA CONTRA O BOOM DE MINÉRIOS NA ÁSIA

Comunidades pela Ásia estão sob ataque - e sendo silenciadas - por se posicionarem contra aqueles que ameaçam suas casas e enfraquecem os esforços de alcançar o "Net Zero".



47—51

COLÔMBIA

EXILADO POR DEFENDER “OS FILHOS DO LIXO”

O Dr. Yesid Blanco é um pediatra colombiano que precisa viver exilado nos EUA após recer ameaças de morte por se posicionar contra um aterro sanitário tóxico perto de sua cidade natal. Essa é a história dele.

NOSSA INSPIRAÇÃO

NOMES DOS ASSASSINADOS EM 2022

BRASIL

Clebson Barra Portilho
José Lopes Rodrigues
Jonatas de Oliveira dos Santos
Ana Yanomami Xexana
Edvaldo Pereira Rocha
Moacir de Jesus dos Santos Correia
Vitorino Sanches
Arcelino Soares de Souza
Rafael Bini
Dom Phillips
Bruno Pereira
Cleomar Xirixana
José Gomes
Márcia Nunes Lisboa
Joane Nunes Lisboa
Elias Penha Gibson
Gedeão Dias de Oliveira
Eliseu Santos Cardoso
Alex Recarte Vasques Lopes
Normandes Mariano Barbosa
Jheilson Batista Pecla Cordeiro
Maria Aristides da Silva
Sebastião David Pereira
Ilma Rodrigues dos Santos
Edson Lima Rodrigues
Josias Vicente Mafra
Wesley Flávio da Silva
Márcio Moreira
Raimundo Nonato Silva Oliveira
Estela Verá Guarani
Jeferson Nunes de Souza
Vitor Fernandes
Gustavo Silva da Conceição
Janildo Oliveira Guajajara

COLÔMBIA

Gustavo Antonio Torres
José Mauricio Sepúlveda Lozano
Edgar Quintero
Mario Óscar Solarte
Ferneý Morales
Rigo Alape
Libardo Castillo Ortiz
Teófilo Acuña
Jorge Alberto Tafur
Jorge Santofimio Yepes
Dilson Arbey Borja Roldán
José Pascual Quevedo Velásquez
Pablo Emilio Baquero Cárdenas
John Jairo Esquivel
Yesid Caña
Hery Olivero Vallesilla
Pedro Nel Sánchez Sanabria
Edison Gómez Ortiz
Jesusita Moreno Mosquera
Libardo Perdomo Molano
Julio César Buitrago Hernández
Jorge Eliecer Mejía
José Edilson Vargas Monroy
Mariton Jusayu Ipuana
William Pedraza
Diocelino García Bisbicús
Edinson Murillo Ararat
Fredy Mena Obregón
Adelmo Balanta
Juan Alberto Guejia Peteche
Arcelia Fernández
Filadelfo Anzola Padilla
Luis Antonio Tombé Menza
Guillermo Chicame Ipia

ECUADOR

Breiner David Cucuñame López
José Albeiro Camayo Güetio
Luis Chamapuro Quiro
Julio Victoria Cárdenas
Sarcelino Lana
María José Arciniegas Salinas
Jancy Muñoz Avirama
Wilson Nixon Melón Robles
Juan Orlando Moreno
John Faver Nasatacuas
Carlos José García
Jonás Carabalí
Faustino Carabalí
Francisco Sarco Pipicay
Carlitos Uragama Cano
Juvencio Cerquera Manquillo
Luz Marina Arteaga
Julio César Bravo
José Miller Correa Vásquez
Larry Reinoso Sánchez
Yermi Chocué Camayo
José Luis Quiñones
Julián David Ochoa
Javier Usechi
Luis Eduardo Montoya Jaramillo
Neiber Pertuz

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Mahomet Meddy Kengu
Benoit Hakizimana Ndamira

REPÚBLICA DOMINICANA

Orlando Jorge Mera

GUATEMALA

Pablo Ramos
Tereso Cárcamo Flores

HONDURAS

Pablo Isabel Hernández Rivera
Melvin Geovany Mejía Rodríguez
Justo Benítez Sánchez
Alonso Salgado Cabalero
Francisco Ruiz
Marco Tulio Paredes Molina
Marlon Feliciano Montes Núñez
Marta Elizabeth Colindres
Marco Antonio Pineda
José Santos Godínez Ruiz
Wilmer Alexis Domínguez Madrid
Mauricio Ezquivel
Santiago Chacón
Donaldo Rosales Meza

ÍNDIA

Mr Jeganathan
Narendra Balia

INDONÉSIA

Danil
Erni Pinem
Erfaldi Erwin Lahadado

MADAGASCAR

Henri Rakotoarisoa

MALAUÍ

Bendius Amasi

MÉXICO

Antonio de la Cruz
Cynthia de la Cruz
Noé Godínez Arredondo
Francisco Vázquez Domínguez
Filogonio Martínez Merino
Patricia Rivera Reyes
Iván Merino Flores
Héctor Soto Rodríguez
Luis Donato Ortiz
Humberto Valdovinos Fuentes
Alberto Morales Sebastián
Crispín Reyes Pablo
Nicolás Pérez Xoyateco
Teófilo Barrera Herrera
Marcelo Carrera Reyes
Omar Herrera Raymundo
Marcos Campos Ahuejote
Lorena Chantzin Paxacuasingo
Adán Linares Silverio
Guillermo Hilario Morales
Moisés Cuapipistenco
Javier Campos Morales
Joaquín César Mora Salazar
Pedro Palma
José Trinidad Baldenegro
Pedro Pascual Cruz
Rosendo González Torres
Estanislao González Carrillo
Verónica Patricia Guerrero Vinueza
Jesús Bañuelos Acevedo
Jesús Manuel García Martínez

NICARÁGUA

Tránsito Gutiérrez Melgara
Terlin Gutiérrez Medina
Salomón López Smith

PARAGUAI

Edgar Emiliano Centurión Almirón
Artemio Cabral López
Francisco Villalba Cubas

PERU

Genaro Comisario Bitap
Ulises Rumiche Quintimari
Juan Julio Fernández Hanco

FILIPINAS

Richard Mendoza
Chad Errol Booc
Gelejurain Ngujo II
Elgyn Balonga
Robert Aragon
Tirso Añar
Joseph Jimenez
Ericson Acosta
Silvestre Fortades Jr
Rose Marie Galias
Eugene Lastrella

ÁFRICA DO SUL

Anton Mzimba

VENEZUELA

Wilmer Rodríguez Pérez
Divier Rodríguez Pérez
Jesús Dadure González
Virgilio Trujillo Arana

PRINCIPAIS DESCOBERTAS 2022

Nos últimos 11 anos, a Global Witness documentou e denunciou ondas de ameaças, violência e assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente em todo o mundo. O ano de 2022 marcou o início de nossa segunda década documentando ataques fatais. O mundo mudou drasticamente desde que começamos esse trabalho de documentação em 2012. Mas uma coisa não mudou: o caráter brutal dos assassinatos.

No ano passado, pelo menos 177 defensores perderam a vida por proteger nosso planeta, elevando o número total de assassinatos para 1.910 desde 2012. Pelo menos 1.390 desses assassinatos ocorreram entre a adoção do Acordo de Paris, em 12 de dezembro de 2015, e 31 de dezembro de 2022.

Em média, um defensor foi morto a cada dois dias em 2022, assim como em 2021. Embora o número geral tenha sido um pouco menor no ano passado em comparação a 2021, quando registramos 200 assassinatos, não significa que houve uma melhora considerável da situação. O agravamento da crise climática e a demanda cada vez maior por commodities agrícolas, combustíveis e minérios só intensificarão a

pressão sobre o meio ambiente – e sobre aqueles que arriscam a vida para defendê-lo. Além disso, cada vez mais, estratégias não letais como criminalização, assédio e ataques digitais também estão sendo usadas para silenciar os defensores.

A situação na América Latina continua particularmente preocupante. Em 2022, a região foi responsável por 88% dos assassinatos no mundo – uma porcentagem cada vez maior. Onze dos 18 países em que documentamos casos em 2022 ficam na América Latina.

COLÔMBIA

A Colômbia lidera o ranking global com 60 assassinatos, em mais um ano terrível para o país. É quase o dobro do número de assassinatos em relação a 2021, quando 33 defensores perderam a vida. Mais uma vez, povos indígenas, comunidades afrodescendentes, pequenos agricultores e ativistas ambientais foram alvos da violência. No entanto, ainda há esperança; quando Gustavo Petro, primeiro presidente de esquerda na história recente da Colômbia, assumiu o cargo em agosto de 2022, ele prometeu implementar mudanças sociais e aumentar a proteção dada aos defensores. Nenhum governo havia se comprometido com isso antes.¹

Principais descobertas 2022 continuou →

BRASIL

No Brasil, 34 defensores perderam a vida, em 2021 foram 26. Defensores da terra no Brasil enfrentaram a hostilidade implacável do governo de Jair Bolsonaro, cujas políticas escancararam a Amazônia à exploração e à destruição, desmontaram órgãos ambientais² e alimentaram invasões ilegais de terras indígenas.^{3,4,5}

MÉXICO

O México, país com o maior número de assassinatos em 2021, teve uma queda significativa de 54 assassinatos em 2021 para 31 em 2022. Pelo menos 16 dos mortos eram indígenas e quatro eram advogados. A situação geral no México permaneceu terrível para os defensores da terra e do meio ambiente, e ataques não letais – incluindo intimidação, ameaças, deslocamento forçado, assédio e criminalização – continuam a prejudicar seriamente o trabalho dessas pessoas.⁶

HONDURAS

Em outras partes da América Central, ataques letais contra defensores em Honduras são um problema sério. Com 14 assassinatos em 2022, Honduras foi o país com o maior número de homicídios per capita do mundo. Xiomara Castro se tornou a primeira presidenta do país em 2022^{7,8} e se comprometeu a proteger defensores. Porém, as tendências iniciais de 2023 apontam para a continuidade da violência, com relatos de assassinatos e ataques não letais em todo o país.

FILIPINAS

No geral, a Global Witness documentou 16 assassinatos na Ásia, 11 dos quais ocorreram nas Filipinas, país que liderou o ranking na região todos os anos, sem exceção. Ferdinand Marcos Jr., que assumiu a presidência em junho de 2022, até agora não tratou das violações dos direitos humanos nas Filipinas. Em vez disso, ele concentrou sua atenção em interesses econômicos e empresariais, empresariais, o que levantou sérias preocupações entre membros da sociedade civil sobre o aumento da mineração e da exploração de outros recursos à custa dos direitos humanos e da segurança dos defensores naquele país.⁹

Ainda é difícil identificar as motivações exatas por trás de alguns assassinatos ou conectar assassinatos a setores específicos. No entanto, podemos vincular o agronegócio a 10 assassinatos em 2022 – mais que qualquer outro setor – e metade desses assassinatos

ocorreu no México. A mineração foi associada a oito casos, seguida da extração de madeira, com quatro. Vale lembrar que esses três setores também contribuem pesadamente para as emissões globais de carbono.¹⁰

Defensoras do sexo feminino representaram 11% do total de ataques letais. Uma porcentagem relativamente pequena à primeira vista, mas que esconde uma realidade muito mais complexa. Diversas formas de violência de gênero – desde violência sexual até rejeição por parte da família e da comunidade – são cometidas contra as mulheres. As defensoras, portanto, enfrentam ataques de dois lados – além de serem alvos por seu ativismo, enfrentam também a violência de gênero.¹¹

Mais de um terço (36%) dos defensores assassinados eram indígenas e 7% eram afrodescendentes. Mais de um quinto (22%) eram pequenos agricultores. Todos dependiam de suas terras e recursos naturais para viver.

Alguns dos mortos não eram os alvos diretos dos ataques, mas estavam com o defensor perseguido no momento do crime, o que ilustra o impacto mais amplo dos ataques às famílias e comunidades.

Os assassinados em 2022 também incluem funcionários públicos, manifestantes, guardas florestais, advogados e jornalistas. Todos compartilhavam o compromisso de defender seus direitos e manter o planeta saudável. Todos pagaram com a própria vida por sua coragem e comprometimento.

E não para por aí. Pelo menos cinco crianças foram assassinadas no ano passado – três no Brasil, uma na Colômbia e uma no México. Três eram indígenas, como é o caso de Jonatas Oliveira, de nove anos, filho de uma liderança rural no Brasil.

Também estamos vendo o surgimento de um padrão de assassinatos na Amazônia, com 39 defensores mortos no ano passado. Destes, 11 eram membros de comunidades indígenas. Esses números são particularmente trágicos em um contexto de agravamento da emergência climática; proteger a Amazônia é uma das ações mais urgentes para evitar as piores consequências de nossa crise planetária.¹² E embora o papel dos povos indígenas na proteção das florestas – independentemente do país – seja cada vez mais reconhecido, eles ainda carecem de proteção adequada e são excluídos dos processos decisórios.

Através das muitas fronteiras da vasta bacia amazônica, os defensores deste precioso ecossistema estão unidos por histórias compartilhadas de violência, medo e superação.

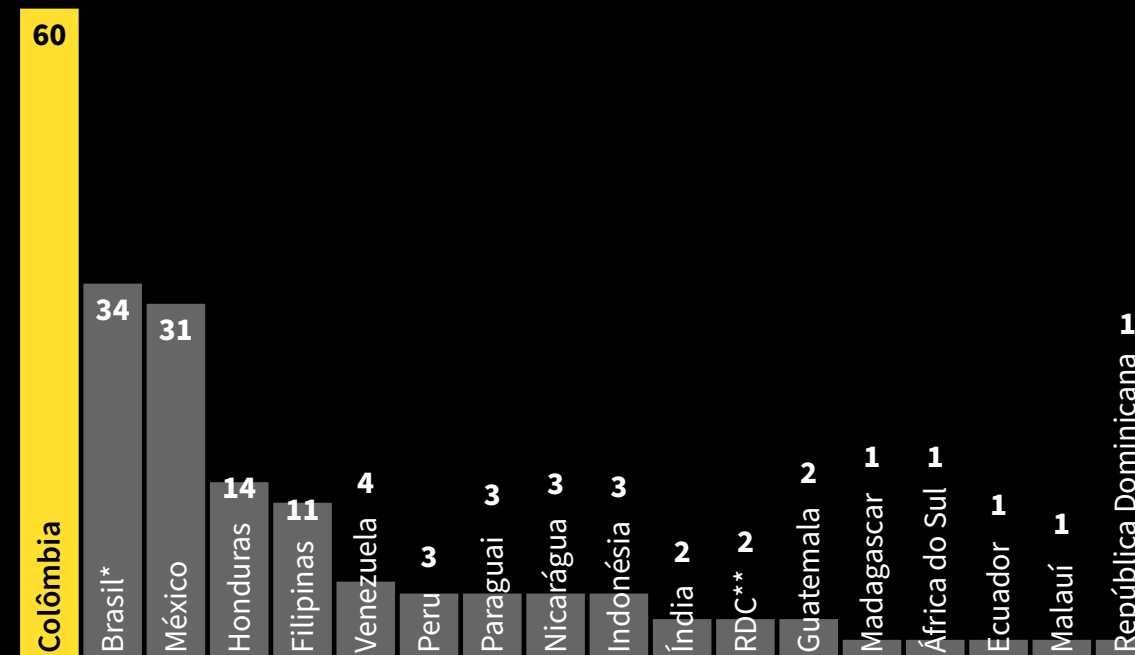
PELO MENOS:

177

DEFENSORES PERDERAM SUAS VIDAS NO ANO PASSADO

36%
dos defensores mortos em 2022 eram indígenas

MORTES POR PAÍS 2022



ASSASSINATOS DE DEFENSORES 2022

Indígenas (64)
Pequenos agricultores (39)
Afrodescendentes (13)
Oficial do Estado (6)
Parentes de defensores (5)
Crianças (5)
Manifestantes (4)
Guardas florestais (4)
Advogados (4)
Jornalistas (3)

CAUSAS DAS MORTES 2022

Agronegócio (10)
Mineração e Extrativismo (8)
Extração de madeira (4)
Água (2)
Rodovias e Infraestrutura (2)
Energia hidroelétrica (2)
Caça (2)
Outros (5)

*A principal fonte da Global Witness para informações relacionadas ao Brasil é a Comissão Pastora da Terra (CPT), que usa uma metodologia diferente para a quantificação dos assassinatos. A CPT monitora conflitos rurais que afetam pequenos agricultores, comunidades sem-terra, povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como sindicalistas rurais. Muitos desses podem ser incluídos na definição de defensores da terra e do meio ambiente utilizada pela Global Witness.

** República Democrática do Congo.



AMÉRICA LATINA

DEFENSORES DA AMAZÔNIA

CONECTADOS
PELA
DETERMINAÇÃO

*A INVESTIDA DO GARIMPO
ILEGAL CONTRA TERRAS
INDÍGENAS NO BRASIL:
POVOS INDÍGENAS KAYAPÓ*

16 — 21

*A BUSCA DESENFREADA
POR OURO, COLTAN, DIAMANTE E
OUTROS MINÉRIOS NA AMAZÔNIA
VENEZUELANA*

22 — 23

*O CUSTO MORTAL DO
DESMATAMENTO PARA OS
POVOS INDÍGENAS DA
AMAZÔNIA PERUANA*

24

DEFENSORES DA AMAZÔNIA:

Conectados pela Determinação

A FLORESTA AMAZÔNICA

A Amazônia, maior floresta tropical do mundo, cobre aproximadamente 6,9 milhões de km² – tamanho equivalente ao território contíguo dos Estados Unidos.¹³ Ela abrange oito países da América do Sul: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, além do território ultramarino da Guiana Francesa.

A Amazônia é um dos ecossistemas mais preciosos da Terra e tem um papel absolutamente fundamental no combate à emergência climática global.¹⁴ Os habitats de milhões de espécies de plantas e animais dependem da manutenção da floresta.¹⁵ A Amazônia é também o lar de mais de 40 milhões de pessoas, incluindo mais de 500 grupos indígenas e étnicos.¹⁶ Mas a hileia – e seus habitantes – estão ameaçados. O desmatamento impulsionado pela pecuária, mineração, extração de madeira e outras atividades avança a passos largos,¹⁷ enquanto vazamentos de óleo e metais pesados contaminam os rios e impactam os ecossistemas locais.¹⁸

Mais de **1/5**

dos 177 assassinatos registrados em 2022 ocorreram na Amazônia.



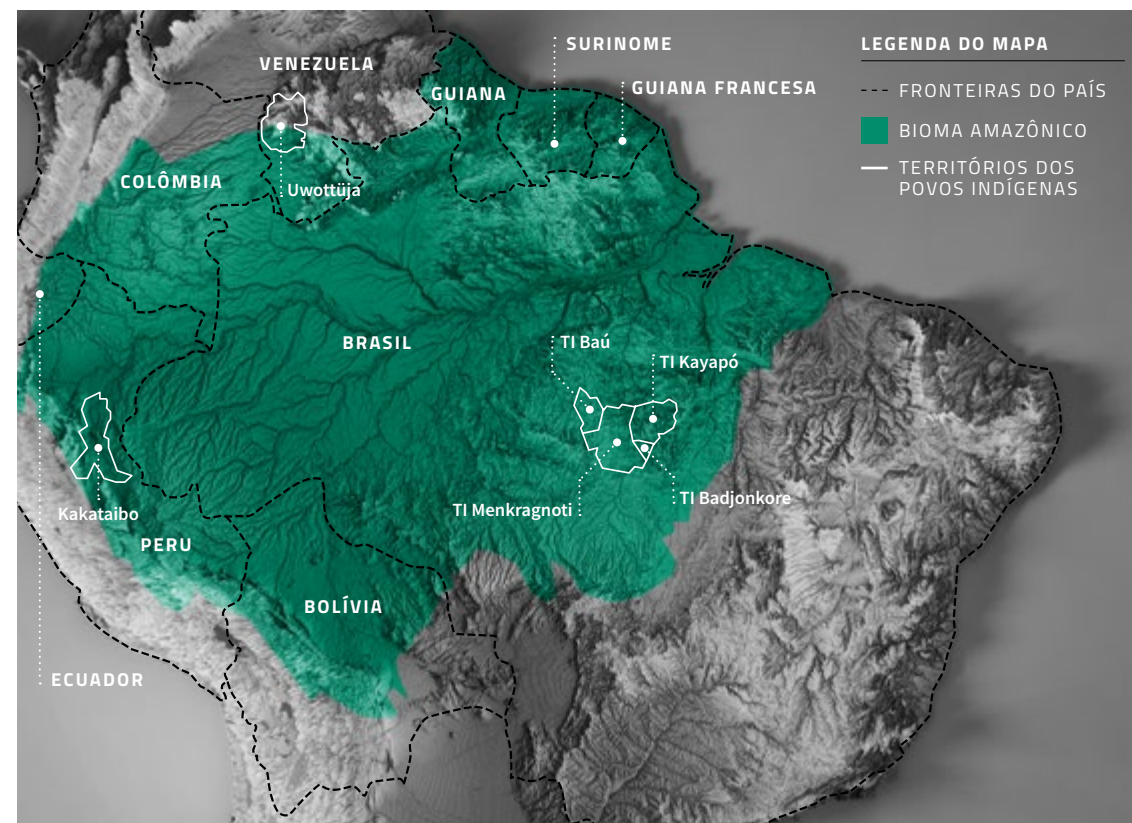
Pelo menos

40M

de pessoas vivem na Floresta Amazônica.



Esquerda: Extração de madeira, mineração e outras atividades predatórias ameaçam a floresta tropical e o território indígena Kayapó no Pará, Brasil.



PAGANDO COM A PRÓPRIA VIDA

Como guardiões da floresta, defensores da terra e do meio ambiente estão na linha de frente do combate à exploração predatória da Amazônia. Enfrentam empresas perigosas, que atuam com a certeza da impunidade, além das forças de segurança do Estado, jagunços e matadores de aluguel.

Ao se oporem aos poderosos interesses do agronegócio, mineração e extração de madeira, os defensores são sistematicamente intimidados, criminalizados, atacados e assassinados. Todos os anos, defensores desse bioma de valor inestimável pagam com a própria vida pela proteção de suas casas, meios de subsistência e da saúde do nosso planeta.

HISTÓRIAS COMPARTILHADAS DE MEDO, VIOLÊNCIA E SUPERAÇÃO

Em 2022, mais de 1/5 dos 177 assassinatos registrados globalmente aconteceu na Amazônia.

No ano passado, os assassinatos do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips na Amazônia brasileira chocaram o mundo. Eles vinham fazendo denúncias e defendendo comunidades indígenas contra violações de direitos ambientais e fundiários no Brasil.¹⁹

Tragicamente, porém, histórias de violência, tortura e intimidação são uma realidade compartilhada pelas comunidades amazônicas em toda a região.²⁰

A cerca de 1.000 km de distância de onde Bruno e Dom foram mortos,²¹ por exemplo, em outra área da Amazônia, a atividade de garimpeiros ilegais eliminou quase totalmente uma comunidade indígena Yanomâmi.²² Em toda a Amazônia, essas comunidades indígenas são desproporcionalmente visadas, ameaçadas e dizimadas.

Os povos indígenas Kaiapós no Brasil, Uwottüja na Venezuela, Kakataibo e Shipibo-Konibos no Peru habitam cantos distantes da Amazônia, mas estão conectados por experiências comuns de abuso e destruição perpetrados por aqueles que veem a floresta tropical apenas como uma oportunidade de lucrar. Também estão conectados por sua determinação inabalável de proteger seus territórios e a floresta.

Abaixo, temos as histórias de três países diferentes que ressaltam os desafios e as aspirações de comunidades que estão na linha de frente da proteção da Amazônia e ajudam a evitar que o mundo continue nesse caminho sem volta.



“TEMOS QUE LUTAR SOZINHOS”²³


A INVESTIDA DO GARIMPO ILEGAL CONTRA TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL: POVOS INDÍGENAS KAIAPÓS

 **PESSOAS INDÍGENAS**
Kayapó

 **PAÍS**
Brasil 

 **TERRITÓRIOS**



 *Esquerda:* Cacique Bepdjo, liderança da comunidade indígena Kayapó, na Terra Indígena Baú, 2023.

No sul do estado do Pará, ao longo dos afluentes do rio Xingu, vivem os indígenas Kaiapós²⁴ – incluindo os pu'rô, os mebengokre Kayapó e os Mebêngókre Kayapó Mekrãgnotí.²⁵ Eles habitam quatro territórios indígenas: TI Kayapó, TI Baú, TI Badjonkore e TI Menkragnoti.²⁶

O Pará é considerado um dos estados mais violentos para os defensores da terra no Brasil,²⁷ que é também um dos países mais mortais do mundo para ativistas ambientais.²⁸

Essas comunidades vêm enfrentando o garimpo ilegal e a mineração destrutiva desde o final dos anos 1970.²⁹ O garimpo ilegal em terras indígenas aumentou 1.271% nos últimos 35 anos somente na Amazônia brasileira. De 1985 a 2020, as áreas de garimpo ilegal aumentaram de 7,45 km² para 102,16 km².³⁰ Três terras indígenas – territórios Yanomami, Munduruku e Kayapó – foram palco de 95% dessa atividade em 2020.³¹

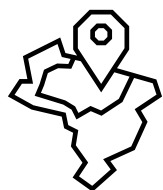
Desde 2019 o antigo governo federal brasileiro começou a incentivar e promover indiretamente atividades de garimpo ilegal na Amazônia, inclusive dentro de territórios indígenas.^{32,33} Os órgãos de fiscalização ambiental foram enfraquecidos, abrindo as porteiras para a exploração e destruição da Amazônia, e o ex-presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso um projeto de lei legalizando a mineração em territórios indígenas.³⁴

“ESTAMOS ACOSTUMADOS COM AS AMEAÇAS, MAS O MEDO NÃO PASSA NUNCA”³⁵

OURO MANCHADO DE SANGUE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA É COMPRADO POR EMPRESAS DO VALE DO SILÍCIO E MUITAS OUTRAS

O ouro é o principal alvo dos garimpeiros nos territórios dos Kaiapós³⁶ Com o aumento do garimpo, veio também o aumento da poluição, do desmatamento e de crimes violentos contra os defensores indígenas.³⁷ O garimpo ilegal provou ser tão lucrativo que pistas de pouso improvisadas são construídas em áreas de mineração e os garimpeiros são transportados até lá em pequenos aviões.³⁸ Empresas internacionais da Suíça,³⁹ Itália,⁴⁰ Coreia do Sul,⁴¹ Estados Unidos⁴² e Reino Unido⁴³ estão envolvidas e foram expostas por extrair ou adquirir ouro proveniente dessas áreas ou por vender maquinário aos garimpeiros.

Pelo menos **296** defensores foram mortos na Amazônia entre 2014 e 2022.

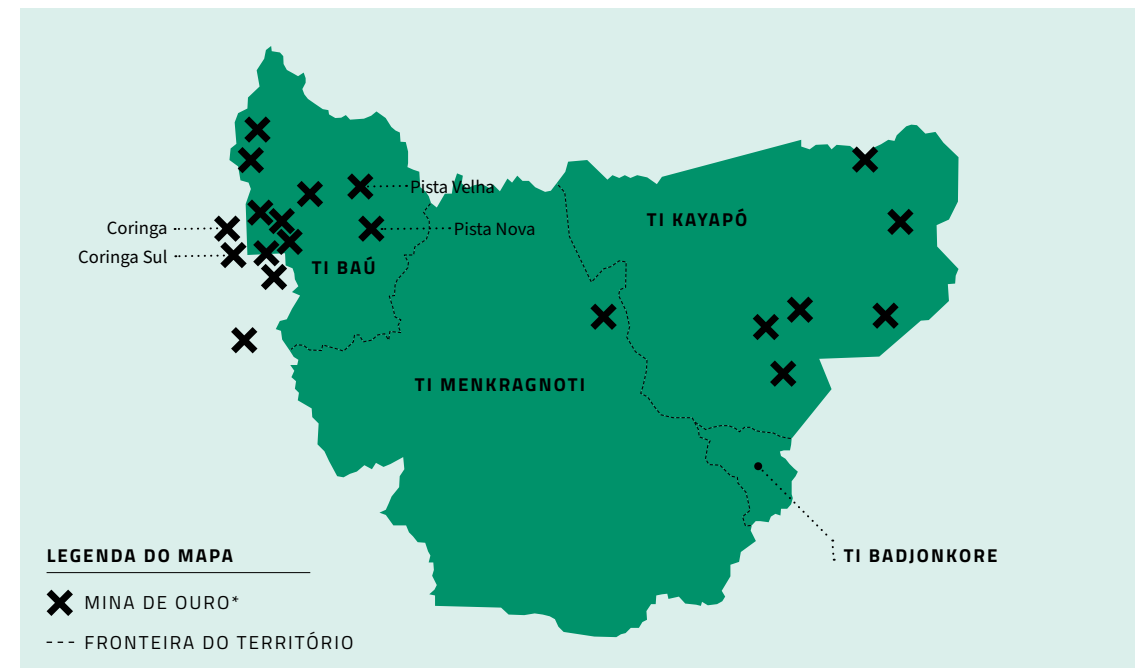


Principal: Garimpo ilegal de ouro na Terra Indígena Kayapó, 2023.

Fundo: Cacique Bepdjo [E] e Pajé Atoget [D] da comunidade Kayapó, na Terra Indígena Baú, 2023.

LOCAIS CONHECIDOS DE MINERAÇÃO DE OURO* EM TI KAYAPÓ, TI BAÚ, TI BADJONKORE E TI MENKRAGNOTI:

*As localizações das minas de ouro são marcadas com a maior precisão possível. Existem muitas outras minas de ouro que não foram encontradas.



Segundo Doto Takak Ire, presidente⁴⁴ do Instituto KABU⁴⁵ – uma associação dos povos indígenas Kaiapós – o garimpo ilegal de ouro está criando “todo tipo de problema”,⁴⁶ incluindo:

- » poluição do solo e da água com mercúrio⁴⁷
- » aumento do risco de câncer e doenças graves⁴⁸
- » escalada da violência e ameaças contra comunidades indígenas, com garimpeiros incitando violência e brigas internas entre as comunidades⁴⁹
- » garimpeiros atraindo membros das comunidades indígenas para apoiar o garimpo com a falsa promessa de grandes lucros à medida que a floresta que os sustenta é destruída.⁵⁰

Cansados de serem ignorados pelas autoridades locais, incluindo Ministério Público e Polícia Federal, os Kaiapós resolveram agir sozinhos.⁵¹ Em 2021, lideranças indígenas e comunitárias da Terra Indígena Baú se uniram para tentar reocupar uma área de garimpo ilegal chamada 'Pista Velha', localizada em suas terras. O grupo indígena fez uma longa viagem até a área e exigiu que os garimpeiros saíssem imediatamente – o que eles acabaram concordando em fazer. Os indígenas então construíram um acampamento de monitoramento temporário e

vigiaram a área por semanas após a reocupação.⁵²

Um ano depois, no entanto, garimpeiros ilegais retornaram e retomaram a exploração.⁵³ Em maio de 2022, os Kaiapós da Terra Indígena Baú, liderados pelo cacique Bepdjo Mekrãgnotire, liderança que se opõe ao garimpo ilegal, viajaram vários dias a pé para encerrar a operação.⁵⁴ Só depois que os Kaiapós reocuparam a terra e construíram novamente um acampamento de monitoramento⁵⁵ a Polícia Federal interveio para ajudar a impedir o garimpo ilegal.⁵⁶ Logo depois, outro garimpo ilegal chamado 'Pista Nova', também localizado nas terras dos Kaiapós, foi fechado pelas autoridades.⁵⁷

As extintas áreas de garimpo de 'Pista Velha' e 'Pista Nova' vão precisar de monitoramento constante devido às possíveis riquezas que ainda abrigam.⁵⁸ No entanto, várias outras áreas de garimpo em territórios indígenas ainda estão ativas e continuam a ameaçar os direitos e meios de subsistência das comunidades indígenas em toda a Amazônia.

Incêndios criminosos destinados a destruir aldeias indígenas e desmatar, brigas pelo uso da terra, ataques físicos e ameaças de morte foram relatados à Global Witness pelos próprios Kaiapós e pelo Instituto KABU.⁵⁹

A história continua →

Em setembro de 2022, algumas semanas após o fechamento dos garimpos ilegais, o Instituto KABU recebeu uma carta anônima fazendo ameaças de morte a seus membros.⁶⁰ Também recebeu mensagens de áudio anônimas no WhatsApp exigindo que o Instituto suspendesse suas atividades e protestos contra o garimpo.⁶¹

“Estamos acostumados com as ameaças, mas o medo não passa nunca...”, diz um representante do Instituto KABU. **“Morar perto de áreas de garimpo é viver com medo... Mas fazemos isso pelo planeta inteiro... Vamos manter a floresta de pé.”**⁶²

O cacique Bepdjo Mekrãgnotire tem enfrentado graves e frequentes ameaças de garimpeiros ilegais. Ele contou à Global Witness sobre a disposição de seu povo em continuar protegendo a floresta.

“Por que queremos proteger o território e arriscar a vida por ele? Não somos os únicos que precisamos da floresta para sobreviver, mas temos que lutar sozinhos, e fazemos isso por todo o planeta, fazemos pelos nossos filhos e netos, para que todos vivam em paz. Vamos manter a floresta de pé proteger o ar, os rios, os peixes, os animais. É por isso que lutamos.”⁶³

Nesse contexto violento, empresas sediadas no Reino Unido, na União Europeia e nos Estados Unidos têm sido ligadas a violações de direitos humanos cometidas contra os Kaiapós. Ouro extraído ilegalmente das terras dos Kaiapós foi encontrado nas cadeias produtivas de diversas empresas internacionais, incluindo:

- » a refinadora italiana Chimet⁶⁴
- » a empresa de mineração de ouro listada na bolsa de valores de Londres, Serabi Gold⁶⁵
- » gigantes da tecnologia como Apple, Google, Microsoft e Amazon, que já compraram ouro

“ A MINERAÇÃO DE OURO EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS É MUITO PROVAVELMENTE FEITA DE FORMA ILEGAL, VIOLENTA E DESTRUTIVA. ”

ilegal da Chimet e da refinaria brasileira Marsam; esta última comprou ouro de uma empresa de mineração atualmente investigada por extrair ouro ilegalmente da terra Kayapó⁶⁶

Não estamos sugerindo que qualquer refinador ou fabricante tenha cometido diretamente abusos de direitos humanos nas regiões brasileiras de mineração de ouro.

Contudo, um representante Kaiapó que prefere não se identificar por questões de segurança considera que essas empresas estão **“fortalecendo diretamente a atividade criminosa e contribuindo para a violência contra povos indígenas, invasões de terras, poluição e desmatamento.”**⁶⁷

A falta de transparência no mercado do ouro, associada aos altos níveis de lavagem de ouro no Brasil, torna o país um mercado arriscado para compradores globais, sendo que o ouro proveniente de terras indígenas muito provavelmente foi extraído de forma ilegal, violenta e destrutiva.⁶⁸

Uma investigação da Polícia Federal apurou que a Chimet estava adquirindo ouro obtido ilegalmente na terra Kayapó pela empresa brasileira Cooperouri (Cooperativa de Garimpeiros e Mineradores de Ourilândia e Região).⁶⁹ As gigantes da tecnologia dos EUA podem ter comprado esse ouro.⁷⁰

De acordo com uma investigação realizada pela Uearthed, unidade de jornalismo investigativo do

Greenpeace no Reino Unido, em parceria com a SUMAÚMA e o *The Guardian*, a Serabi Gold operava uma mina de ouro ilegal chamada 'Coringa', localizada em uma área disputada que pertenceu e agora é vizinha à⁷¹ terra indígena Baú, na Amazônia.⁷²

Uma decisão da Justiça Federal Brasileira de dezembro de 2021 determinou que a Serabi Gold não poderá receber nenhuma licença ou autorização para mineração até que tenha concluído um processo de consulta com os Kaiapós.⁷³ Apesar da decisão judicial e de uma autoridade governamental relevante esclarecer que a licença da Serabi está vencida,⁷⁴ a empresa afirmou que pretende continuar suas operações de mineração no campo de Coringa.⁷⁵

A Serabi disse à Global Witness que a empresa respeita a decisão judicial e atua com licenças válidas, concedidas por órgãos competentes antes da decisão e não anuladas por ela. Segundo eles, uma dessas licenças é válida até fevereiro de 2024. A empresa informa que finalizou um estudo sobre comunidades indígenas em abril de 2023, que concluiu que o campo de Coringa não apresenta impactos diretos para as comunidades indígenas que vivem na Terra Indígena Baú. O estudo supostamente foi apresentado às comunidades indígenas e está sendo atualizado para incluir seus comentários. A Serabi disse que possui o apoio de membros da comunidade indígena às suas operações.



“NOSSO TERRITÓRIO É A VIDA QUE DEIXAMOS PARA AS GERAÇÕES FUTURAS”

A BUSCA DESENFREADA POR OURO, COLTAN, DIAMANTE E OUTROS MINÉRIOS NA AMAZÔNIA VENEZUELANA




 **PESSOAS INDÍGENAS**
Uwottüja

 **PAÍS**
Venezuela 

 **TERRITÓRIOS**



1 Território Uwottüja

 **Esquerda:** Os povos indígenas Uwottüja têm sido vítimas da violência trazida pela expansão do garimpo ilegal nos afluentes do Médio Orinoco, na Amazônia venezuelana.

Canto superior direito: Instalações de beneficiamento da empresa estatal de ouro Minerven, em El Callao, estado de Bolívar, Venezuela.

A aproximadamente 2.000 km do território dos Kaiapós estão os povos indígenas Uwottüja, que vivem às margens dos afluentes do rio Orinoco, na Amazônia venezuelana. Eles também enfrentam violência, invasões de terras e ameaças de morte relacionadas à expansão do garimpo ilegal em seu território.⁷⁶

Em 2022, um dos principais líderes da comunidade foi morto por defender suas terras ancestrais e resistir ao garimpo e a grupos criminosos.⁷⁷

Virgilio Trujillo Arana era um dos líderes da 'guarda' da comunidade Uwottüja – a Guardia Indígena Ayose Huyunami. A guarda foi originalmente criada para alertar as comunidades sobre desastres naturais iminentes, como inundações. No entanto, na ausência de proteção adequada do Estado, a comunidade começou a mobilizar a guarda para proteger suas terras contra o que chamam de “invasão silenciosa” de grupos criminosos e garimpeiros ilegais.⁷⁸

Em 2016, o governo venezuelano demarcou o Arco Mineiro do Orinoco ao sul do rio Orinoco como uma zona de desenvolvimento estratégico controlada exclusivamente pelo governo para a mineração de ouro e outros metais.⁷⁹ As terras indígenas Uwottüja ficam fora do Arco e a mineração não é permitida em seus territórios.⁸⁰ Porém, dissidentes das antigas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN), bem como de outros grupos armados criminosos e paramilitares, têm invadido novas áreas próximas ao Arco – incluindo o território dos Uwottüja – em busca de metais preciosos.⁸¹

A maior parte do ouro extraído de áreas de garimpo ilegal na Venezuela é supostamente contrabandeada para Colômbia, Brasil e Guiana, onde esse ouro

seria lavado e exportado para a África, o Oriente Médio e a União Europeia.⁸²

Essa extração e comércio trouxeram consequências terríveis para os ecossistemas e os meios de subsistência das comunidades. Por exemplo, a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos da ONU na República Bolivariana da Venezuela denunciou abusos sistêmicos de direitos humanos por causa da exploração de ouro e outros “recursos estratégicos”, afirmando que: “**essas (violações) incluem privação ilegal da vida, desaparecimentos, extorsão, punição corporal e violência sexual e de gênero.**”⁸³

Os danos no Orinoco também representam um ecocídio que se manifesta através da poluição da água, desmatamento, degradação do solo, perda de biodiversidade, entre outras questões ambientais.⁸⁴ Membros de comunidades indígenas que se atrevem a resistir ao garimpo ilegal são frequentemente reprimidos com violência ou forçados a deixar suas terras.

Virgilio foi um dos que denunciou veementemente o garimpo ilegal e as violações associadas a ele na Amazônia venezuelana. Ele levou três tiros na cabeça, disparados por um assassino não identificado. Sua morte levantou sérias preocupações sobre a segurança dos defensores da Amazônia na Venezuela.⁸⁵ Desde 2014, 20 defensores da terra e do meio ambiente no país foram mortos, dos quais 17 foram assassinados na Amazônia.⁸⁶

O Observatório para a Defesa da Vida (ODEVIDA), uma coalizão de organizações de direitos humanos de Venezuela, Colômbia e Peru, manifestou grande preocupação com o assassinato de Virgilio e afirmou que o defensor estava “**lutando para manter seu território livre do garimpo ilegal e**



da presença da guerrilha colombiana que atua na região.”⁸⁷

A Associação Kapé Kapé é um grupo da sociedade civil que trabalha com defensores dos direitos humanos na Venezuela. Segundo María Alejandra Molero, representante legal da Associação,⁸⁸ “**Virgilio foi um grande defensor do meio ambiente. Ele trabalhava com funcionários públicos que representavam os interesses da comunidade e foi morto minutos depois de se encontrar com autoridades do governo.**”

A morte de Virgilio foi percebida pelos defensores da terra e do meio ambiente como um ataque contra toda a comunidade e seus esforços para proteger um modo de vida e o meio ambiente que o sustenta.⁸⁹

A exploração acelerada da Amazônia venezuelana está causando danos irreversíveis à sua delicada biodiversidade.⁹⁰ A mineração e o agronegócio desempenharam um papel devastador na perda de 140.000 hectares de floresta primária.

Em um vídeo gravado antes de seu assassinato, Virgilio disse que a comunidade continuaria defendendo sua terra porque sem ela eles mesmos desapareceriam: “**Aconteça o que acontecer. (...) [Mas] sem terra a gente desaparece. É por isso que defendemos nosso território.**”⁹¹

Defensores da Amazônia continua →

“VENHO DE UMA CULTURA VIVA, TÃO VIVA QUANTO A AMAZÔNIA”

O CUSTO MORTAL DO DESMATAMENTO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA PERUANA

PESSOAS INDÍGENAS

Kakataibo

PAÍS

Peru 🇵🇪

TERRITÓRIOS



1 Território Kakataibo



Os Kakataibos,⁹² os Shipibo-Konibos⁹³ e outras comunidades indígenas vivem às margens dos rios Aguaytia, San Alejandro e Sungaroyacu, nas regiões de Ucayali e Huánuco, na Amazônia peruana. Suas histórias são semelhantes às de comunidades indígenas do Brasil e da Venezuela. Durante anos, eles denunciaram a invasão de suas terras ancestrais e a exploração ilegal de seus recursos naturais, incluindo a extração de madeira.⁹⁴

Também viram suas florestas desaparecerem para dar lugar a plantações de coca – principal matéria prima da cocaína. A produção e o tráfico de cocaína são uma preocupação crescente no Peru. Recentemente, as terras dedicadas ao cultivo de coca bateram um recorde em comparação com as duas décadas anteriores, e o cultivo em terras indígenas quase dobrou desde 2020.⁹⁵

Segundo dados da Global Witness, pelo menos três defensores da terra e do meio ambiente da região de Ucayali foram mortos nos últimos dois anos. Santiago Vega Chota, Yenes Ríos Bonsano e Herasmo García Grau morreram depois de defender suas terras e florestas. Outros líderes indígenas enfrentaram violência e ataques não letais, incluindo intimidação e assédio. Alguns foram forçados a fugir de casa e viver na clandestinidade.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) reconhece as ameaças às quais as comunidades indígenas são submetidas. Especialistas da ONU em defensores de direitos humanos ecoam essa preocupação e também pedem ao governo peruano que assegure o cumprimento de regras e padrões internacionais e proteja os defensores e suas famílias.⁹⁶ Um membro de uma comunidade indígena que prefere permanecer anônimo falou com a Global Witness sobre os riscos contínuos que seu povo enfrenta. Ele manifestou grande preocupação com a vida, a saúde e os meios de subsistência de sua comunidade: **“Somos uma comunidade indígena e sem nosso território não existimos. Já vimos muita gente desaparecer. E não existimos separados desta terra porque somos uma coisa só. Para nossa gente, a Amazônia é viva: é nosso mercado, nossa farmácia e parte fundamental da nossa vida. Somos uma cultura viva, tão viva quanto a Amazônia.”**⁹⁷

O Peru tem a quarta maior área de florestas tropicais do mundo depois do Brasil, República Democrática do Congo e Indonésia. Também está entre os dez países mais perigosos do mundo para defensores da terra e do meio ambiente, segundo dados da Global Witness – com 42 pessoas mortas entre 2014 e 2022. Destas, mais da metade foram mortas na Amazônia.



RECOMENDAÇÕES DOS DEFENSORES:

O garimpo ilegal, a extração ilegal de madeira e outras atividades extrativas têm um impacto devastador nas pessoas, comunidades e ecossistemas da Amazônia. Sem ações significativas e urgentes dos governos e do setor privado, a destruição da Amazônia vai continuar.

Os membros das comunidades contatados pela Global Witness listaram as seguintes medidas necessárias para enfrentar a violência contra os defensores da terra e do meio ambiente e o bioma amazônico:

- 1 Os governos locais devem consultar de forma consistente os defensores da Amazônia, incluindo as comunidades indígenas, em fóruns relevantes de decisão e formulação de políticas, e buscar seu consentimento livre, prévio e informado (FPIC) sobre questões que afetam suas vidas, direitos e territórios.
- 2 Os governos locais devem melhorar o monitoramento das áreas de garimpo ilegal – terras que estão sendo invadidas por agentes do narcotráfico e outras atividades de exploração na Amazônia – e fazer cumprir a lei para proteger essas áreas.
- 3 Os governos locais devem aumentar a proteção e o apoio aos defensores da terra e do meio ambiente e evitar represálias contra eles.
- 4 Os governos devem responsabilizar as empresas sediadas em suas jurisdições por seu envolvimento com garimpo ilegal, violações dos direitos humanos e/ou outras atividades ilegais e devem assegurar que as empresas cumpram requisitos de transparência mais rígidos para permitir o rastreamento de metais e minérios extraídos ilegalmente em suas cadeias produtivas.
- 5 Os países que formam a região amazônica devem assinar e ratificar o Acordo de Escazú e usar seus termos como um roteiro para aprimorar sua transparência, acesso à informação e justiça ambiental. Os desafios e a importância de proteger os defensores da Amazônia devem ser reconhecidos e ações urgentes devem ser implementadas para erradicar a impunidade.



Esquerda: Reserva Nacional Tambopata, Peru.

Acima: Ativistas se reúnem em frente ao Ministério das Relações Exteriores do Peru para exigir a ratificação do Acordo de Escazú, em agosto de 2022.



EM FOCO

ANÁLISE GLOBAL

O CENÁRIO PARA OS DEFENSORES

A EXPLORAÇÃO DA
AMAZÔNIA E OS ATAQUES
AOS SEUS PROTETORES

30 — 31

COMPETIÇÃO ACIRRADA
POR TERRAS RARAS NO
SUDESTE ASIÁTICO

32

DEFENSORES NA ÁFRICA OCIDENTAL
TRABALHAM SEM DESCANSO PARA
DENUNCIAR REPRESÁLIAS

33

ANÁLISE GLOBAL:
o cenário para os defensores

Um total de 177 pessoas perderam a vida em 2022 por defender suas terras e o meio ambiente. O número é um pouco menor que o do ano anterior, quando 200 pessoas foram assassinadas – mas o quadro ainda é sombrio.

No geral, pelo menos 1.910 defensores da terra e do meio ambiente em todo o mundo perderam a vida desde que começamos a documentar assassinatos em 2012. Destes, pelo menos 1.390 defensores foram mortos desde que o Acordo de Paris foi adotado, em 2015. Essas vidas não poderiam ter sido perdidas.

É importante observar também que esses números representam os assassinatos dos quais tomamos conhecimento, mas a subnotificação é um problema considerável e muitas outras vidas perdidas não foram incluídas em nossos dados.



Abaixo: Jovens ativistas protestam contra a grilagem de terras indígenas incentivadas pela política antiambiental do governo Bolsonaro.



ASSASSINATOS CUMULATIVOS ENTRE 2012-2022

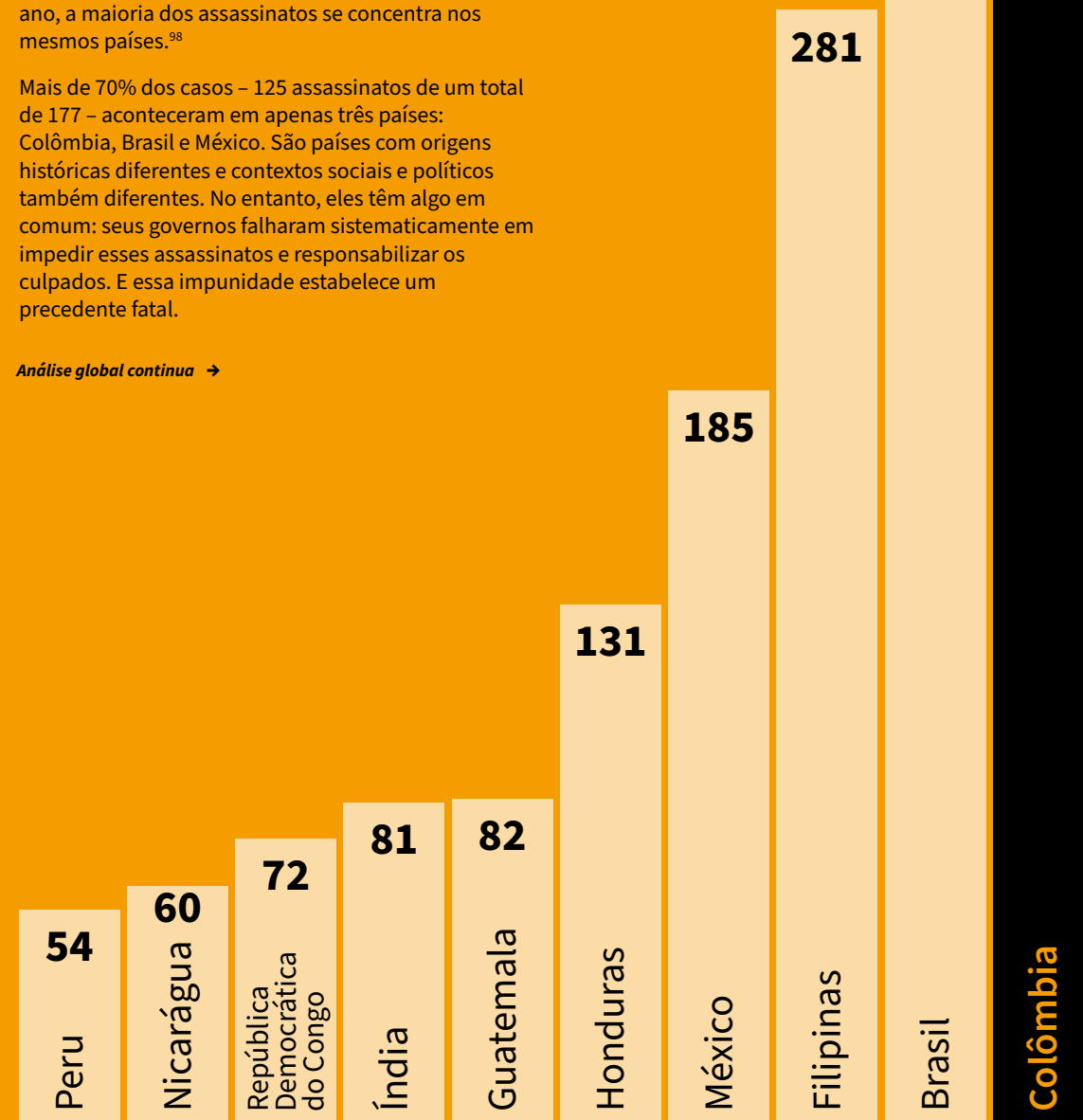
376 **382**

Os povos indígenas continuam sendo alvos preferenciais. Com 64 assassinatos no ano passado, os indígenas foram vítimas de mais de um terço dos ataques letais, apesar de representarem apenas 6% da população mundial.

Embora defensores em todo o mundo enfrentem muitos dos mesmos problemas, o padrão desses ataques está longe de ser uniforme. Todavia, ano após ano, a maioria dos assassinatos se concentra nos mesmos países.⁹⁸

Mais de 70% dos casos – 125 assassinatos de um total de 177 – aconteceram em apenas três países: Colômbia, Brasil e México. São países com origens históricas diferentes e contextos sociais e políticos também diferentes. No entanto, eles têm algo em comum: seus governos falharam sistematicamente em impedir esses assassinatos e responsabilizar os culpados. E essa impunidade estabelece um precedente fatal.

Análise global continua →



AMÉRICA LATINA

Desde que começamos a coletar dados em 2012, 1.335 defensores em toda a América Latina perderam a vida – 70% de todas as mortes. Entretanto, pouquíssimas famílias viram a justiça ser feita por esses assassinatos.

A organização da sociedade civil colombiana Programa Somos Defensores publicou recentemente um documento denunciando ataques contra defensores e expondo como o Estado colombiano fracassou ao deixar praticamente todos os ataques impunes – apenas 5,2% dos assassinatos de defensores de direitos humanos, terras e meio ambiente foram resolvidos judicialmente.⁹⁹ No México, 90% dos ataques contra ativistas e jornalistas ficaram impunes.¹⁰⁰

O ano passado foi particularmente trágico para a **Colômbia**, com quase o dobro de mortes que Brasil ou México. Com impressionantes 60 assassinatos – quase o dobro de 2021 – isso eleva o número total de mortes no país para 382 desde 2012, tornando-o o país com o maior número de assassinatos notificados.

Foi um ano de transição política no país. O governo de Iván Duque – duramente criticado por sua inércia e o consequente “genocídio” de líderes sociais – deu lugar ao de Gustavo Petro, que tomou posse em agosto de 2022, ao lado da primeira vice-presidenta negra, Francia Márquez.¹⁰¹ Sua agenda política é a primeira na história da Colômbia a incluir especificamente a necessidade de proteger os defensores e abordar os responsáveis pelos ataques contra eles.¹⁰² Esta é uma mudança bem-vinda e muito necessária em relação aos governos anteriores, que faziam vistas grossas e negligenciavam a violência contra os defensores.¹⁰³

Em outubro de 2022, a Colômbia ratificou o Acordo de Escazú,¹⁰⁴ o primeiro acordo ambiental regional da América Latina e Caribe e o primeiro do mundo a conter disposições específicas sobre defensores dos direitos humanos e ambientais. Ele visa também melhorar o acesso dos cidadãos a informações ambientais e promover sua participação nos processos de tomada de decisão.¹⁰⁵ Mas esses compromissos devem ser acompanhados de ações concretas. Os números de 2022 para a Colômbia são um lembrete

preocupante da quantidade de trabalho que precisa ser feito com urgência.

A situação no **Brasil** também continua preocupante. Com 34 assassinatos no ano passado, 376 defensores perderam a vida no país desde 2012.

Ao chegar ao poder em 2019, o ex-presidente de extrema direita Jair Bolsonaro promoveu uma agenda antiambiental e antidireitos humanos. No início de seu governo, Bolsonaro deixou claro que não daria aos povos indígenas nem um centímetro a mais de terra – o que não chega a ser surpreendente, visto que certa vez ele descreveu os indígenas como “animais em zoológicos”.¹⁰⁶ Os ataques contra os povos indígenas e suas terras triplicaram durante sua presidência,¹⁰⁷ e, em 2022, 10 dos 34 assassinatos que registramos no Brasil eram de indígenas. Isso deu azo a pedidos para que Bolsonaro seja julgado por crimes contra a humanidade.¹⁰⁸

O governo Bolsonaro tratou o meio ambiente com o mesmo desdém que tratou os direitos humanos, abrindo a Amazônia para atividades extremamente



predatórias. Cortou o orçamento do Ministério do Meio Ambiente – em 2022 foi apenas um pouco maior que em 2021, quando teve seu menor orçamento nas últimas duas décadas.¹⁰⁹ Outras instituições importantes também tiveram seus orçamentos cortados. Em 2022, o mundo testemunhou o pior dia de incêndios na Amazônia nos últimos 15 anos.¹¹⁰

Em 1º de janeiro de 2023, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência após derrotar Bolsonaro nas urnas. O presidente Lula e Marina Silva, sua ministra do Meio Ambiente, vão encarar o imenso desafio de reverter os danos sociais e ambientais incentivados por Bolsonaro. O ponto de partida deve ser a proteção efetiva dos povos indígenas e suas terras. Porém, com um Congresso extremamente conservador, a tarefa será ainda mais complexa.

O **México** foi o país com o maior número de assassinatos no mundo em 2021 – impressionantes 54. Em 2022, o número caiu consideravelmente para 31, e o total desde 2012 é de 185. Pelo menos 16 dos mortos no ano passado eram indígenas e quatro eram advogados.

O México também viu defensores da mesma família serem atacados de forma implacável: o pai do líder indígena Rarámuri José Trinidad Baldenegro foi assassinado quando José tinha apenas 11 anos. Anos depois, em 2017, o irmão de José, Isidro Baldenegro – ganhador do Prêmio Ambiental Goldman em 2005 – também foi assassinado. José foi um dos defensores assassinados em 2022.¹¹¹

Com 14 assassinatos em 2022, **Honduras** foi o país com o maior número de homicídios per capita do mundo. No início de 2022, Xiomara Castro se tornou a primeira presidenta da história do país e se comprometeu a proteger os defensores.¹¹² Cumprir esse compromisso será um grande desafio, e ações urgentes são necessárias para garantir a segurança dos defensores dos direitos humanos.¹¹³



Esquerda: Túmulo do defensor mexicano Oscar Eyraud no cemitério de Juntas de Nejí, julho de 2021.

Certa: Atividades de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, Brasil, 2023.

A EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA E OS ATAQUES AOS SEUS PROTETORES

Pela primeira vez desde 2012, quando a Global Witness começou a documentar ataques contra defensores, analisamos assassinatos ocorridos em um bioma específico e descobrimos que a **Amazônia** foi palco de mais de um quinto de todos os assassinatos no ano passado – com 39 de 177 (22%). Pelo menos 11 indígenas foram mortos por defender a própria casa. Muitos desses assassinatos estão ligados à mineração.

Desde 2014, registramos um total de 296 mortes na Amazônia, o que faz da floresta um dos lugares mais perigosos do mundo para os ativistas. As comunidades indígenas são visadas de forma desproporcional, mas têm um papel fundamental na proteção da floresta tropical. Elas atuam como guardiãs dos ecossistemas dos quais depende a vida na Terra, protegendo 80% de sua biodiversidade.¹¹⁴ A justiça raramente é feita para esses ataques na Amazônia, e a impunidade reina absoluta.

Proteger os defensores nas profundezas da floresta é, de fato, um desafio, e é fundamental um esforço conjunto entre os países envolvidos para garantir o futuro do planeta. Embora algum progresso tenha sido feito para uma maior proteção dos defensores na América Latina desde o Acordo Regional de Escazú, a maioria dos países amazônicos ainda não ratificou esse tratado.¹¹⁵



ÁSIA

A subnotificação de ataques é um desafio considerável na Ásia e na África. Desde 2012, a Global Witness documentou 443 assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente em todo o continente asiático – abrangendo um total de 18 países, a maioria dos quais classificados como ambientes 'fechados' ou 'reprimidos' de acordo com o CIVICUS Monitor.¹¹⁶ Os defensores muitas vezes são impedidos de falar – ou são criminalizados por fazê-lo.

Dos 16 casos que registramos na Ásia em 2022, 11 foram nas Filipinas, três na Indonésia e dois na Índia.

As Filipinas aparecem com frequência como o pior lugar da Ásia para defensores da terra e do meio ambiente, com 281 pessoas mortas desde 2012.¹¹⁷ Destas, um terço estava ligado a manifestações contra a atuação de empresas ligadas ao setor de mineração.¹¹⁸ President O presidente Ferdinand 'Bongbong' Marcos, eleito em 2022, anunciou que a exploração e extração mineral são essenciais para o plano econômico de seu governo de avançar para tecnologias verdes e renováveis.¹¹⁹ Seu antecessor, o presidente Rodrigo Duterte, suspendeu a proibição de novas operações de mineração nas Filipinas em 2021.¹²⁰

A criminalização de defensores de direitos é generalizada, inclusive com acusações de serem rebeldes “comunistas”, uma estratégia muito comum para silenciar críticos e comunidades vulneráveis.¹²¹ No momento da redação deste relatório, um projeto de lei visando proteger os defensores dos direitos humanos e punir atos de intimidação ou violência contra eles foi aprovado por uma comissão na Câmara dos Deputados,¹²² indicando um movimento positivo na direção de uma maior proteção dos defensores. No entanto, uma declaração do governo chamou o projeto de lei de “perigoso e prejudicial” para o país.¹²³



Certa: Comunidades se opõem a projetos de mineração na ilha filipina de Sibuyan, conhecida como as “Galápagos da Ásia”.

COMPETIÇÃO ACIRRADA POR TERRAS RARAS NO SUDESTE ASIÁTICO

O Sudeste Asiático já é um grande produtor global de metais como níquel e cobre – componentes vitais de ‘tecnologias de transição verde’ como turbinas eólicas e carros elétricos.¹²⁴

A China atualmente responde por 63% da mineração de terras raras no mundo, enquanto Filipinas, Vietnã e Indonésia possuem reservas minerais inexploradas cruciais para tecnologias verdes.¹²⁵ À medida que a demanda supera a oferta, governos e empresas se movimentam para aproveitar as vantagens das ‘novas fronteiras’ de oportunidades na mineração em toda a região – muitas vezes sem resolver os problemas na raiz da cadeia de fornecimento. Myanmar cada vez mais se destaca como um dos maiores produtores de terras raras e a principal fonte de abastecimento da indústria chinesa. A pesquisa da Global Witness mostra que as cadeias de fornecimento de terras raras são mal compreendidas e envolvidas com violações ambientais e exploração humana no país.¹²⁶

O resultado é o aumento do investimento na Ásia – tanto internamente quanto por meio de acordos de parcerias internacionais.¹²⁷ Mas para os defensores cujas comunidades estão sob ameaça, o impacto da concorrência global por esses minérios no nível local trazem fortes lembranças da exploração colonial em toda a região.¹²⁸



ÁFRICA

Registramos cinco assassinatos na África em 2022. Destes, quatro eram guardas florestais, dois na República Democrática do Congo, um no Malauí e um na África do Sul.

Os guardas florestais têm sido alvos constantes de ataques ao longo dos anos. O Parque Nacional de Virunga, a área protegida de maior biodiversidade da África,¹²⁹ já teve mais de 200 guardas florestais mortos em serviço.¹³⁰ Eles também estão na linha de frente da crise climática. E também estão sendo assassinados por fazerem seu trabalho.

Em outro local da África, a proposta de construção do oleoduto de quase 1500km de comprimento e \$3.5bi (East African Crude Oil Pipeline - EACOP) que percorreria os territórios da Uganda e da Tanzânia já está devastando comunidades locais. Quatro ativistas contrários a EACOP foram presos na Uganda em julho de 2023 depois de protestarem contra os impactos ambientais e sociais ligados ao projeto.



Abaixo: Ativistas climáticos na COP27 chamam atenção para o impacto devastador dos gasodutos propostos na África Oriental.



DEFENSORES NA ÁFRICA OCIDENTAL TRABALHAM SEM DESCANSO PARA DENUNCIAR REPRESÁLIAS

Na África Ocidental, a coleta de dados é um desafio considerável, o que dificulta a produção de conhecimento e de uma base de evidências sobre a situação enfrentada pelos defensores dos direitos humanos na região. Isso leva à subnotificação ou não notificação de ataques contra defensores e à sub-representação dos defensores e suas realidades nesta região.

Para enfrentar esse desafio, em 2020, os grupos da sociedade civil Green Advocates International e Mano River Union Civil Society National Resources Rights and Governance Platform (Plataforma MRU-CSO), com o apoio da Global Witness, iniciaram uma avaliação das experiências e situação de defensores na linha de frente em toda a África Ocidental e Guiné Equatorial.¹³¹

Em 2022, a Green Advocates criou um novo sistema regional de coleta de dados e treinou pontos focais em mais de oito países para coletar dados e analisar as tendências de represálias contra comunidades, ativistas e outros defensores.

Esta pesquisa inicial e programa piloto servirão como base para a coleta de evidências na África Ocidental e contribuirão para uma melhor compreensão da situação dos defensores da terra e do meio ambiente na região.



ASIA

VIRANDO O JOGO

DEFESA CONTRA
O BOOM DE MINÉRIOS
NA ÁSIA

POR QUASE DUAS DÉCADAS A POPULAÇÃO DE SIBUYAN TEM TENTADO EVITAR A EXPORAÇÃO DE MINÉRIOS NA ILHA AONDE VIVEM.

36 — 39

A PRISÃO DE DEFENSORES DO CLIMA EM MEIO A TRASIÇÃO ENERGÉTICA NO VIETNAM.

40 — 41

VIRANDO O JOGO:
defesa contra o boom de
minérios na Ásia

Em janeiro de 2023, os residentes de Sibuyan, pequena ilha em forma de meia-lua nas Filipinas, ouviram falar pela primeira vez de uma licença de exportação de minério obtida pela Altai Philippines Mining Company. Tudo começou quando um representante do governo “deu com a língua nos dentes”, lembra o defensor dos direitos humanos Rodne Galachia, que estava presente na reunião da comunidade.¹³²




 **DEFENSORAS**
Sibuyan comunidade

 **PAÍS**
Filipinas 

 **TERRITÓRIOS**



 **Esquerda:** Atividades de mineração perto do Monte Guiting-Guiting, em Sibuyan, Filipinas, 2023.

Acima: Rodne Galachia é Diretor Executivo do Living Laudato Si', um grupo ambiental e climático nas Filipinas.

Segundo a mineradora, a licença significaria que mais de 50.000 toneladas métricas de minério de níquel podem ser extraídas e exportadas a partir da ilha.¹³³ E esta não é uma ilha qualquer – conhecida como as ‘Galápagos da Ásia’, tem 81% de cobertura florestal e abriga várias espécies ameaçadas de extinção.¹³⁴

Poucos dias depois da reunião e do deslize do representante do governo, moradores alarmados com a possibilidade de a operação devastar a rica biodiversidade da ilha montaram barracas improvisadas em frente ao pátio da empresa.¹³⁵ O povo de Sibuyan tem tentado impedir a exploração de minérios em sua ilha por quase duas décadas – e eles não vão desistir agora.¹³⁶

Rodne descreve a chegada da tropa de choque, à medida que a oposição da comunidade crescia: “Eles disseram que foram enviados [para manter] a paz e a ordem... Ficaram todos enfileirados na rodovia e depois passaram a orientar os caminhões da empresa”¹³⁷

Na tentativa de atralhar a operação da mineradora, uma parede de pessoas bloqueou a via. O jovem líder ambiental Charles Rocil descreve a primeira tentativa

da empresa de transportar minério de níquel extraído ali e o confronto resultante iniciado pela polícia: “Foi uma mistura de ansiedade e medo de que alguém pudesse morrer a qualquer momento por causa dos caminhões da empresa [avançando]... Mas acabou que foi a própria polícia que tentou nos agredir. Aliás, não apenas tentou, mas conseguiu.”¹³⁸ A filmagem mostra caminhões de mineração passando com sucesso pela barricada enquanto a polícia dispersa residentes e manifestantes à força.¹³⁹

Rodne conhece bem as tentativas de silenciar as vozes dos ativistas ambientais. Defensor de longa data da biodiversidade de Sibuyan, ele enfrentou uma enxurrada de ameaças online, telefonemas anônimos e vigilância. Uma queixa anônima foi apresentada contra ele ao National Bureau of Investigation sobre seu ativismo ambiental.¹⁴¹

“Não se trata apenas da produção ou do produto, mas de toda a cadeia de valor... E também do contexto de onde você compra seu minério. É algo ‘justo’? Afeta a vida das pessoas? E não só das pessoas. Espécies ameaçadas de flora e fauna, algumas ainda a serem descobertas, foram afetadas ou impactadas?”¹⁴²

“
FOI UM VERDADEIRO VALE TUDO... PARA NÓS, FOI UM GRANDE SOFRIMENTO TAMBÉM, PORQUE ESTA ILHA É NOSSA. ELES NÃO SÃO DONOS DA ILHA MAS A DESTROEM MESMO ASSIM. ALGUMAS PESSOAS AO MEU LADO CHORAVAM ENQUANTO OUTRAS DEMONSTRAVAM MUITA RAIVA.”¹⁴⁰

Charles Rocil — Embaixador da Natureza da Ilha de Sibuyan

”

“FLORESTAS, ÁGUAS LIMPAS, SOLO RICO”

E UMA LUTA QUE PREOCUPA O MUNDO INTEIRO¹⁴³

Em Sibuyan, os defensores parecem ter alcançado um sucesso momentâneo contra grandes interesses corporativos. O governo filipino ordenou que a Altai Philippines suspendesse suas operações em fevereiro de 2023, após supostas violações de normas ambientais. A empresa não possuía os documentos necessários para a construção da esteira utilizada para o transporte de minério de níquel.¹⁴⁴ Uma fiscalização do governo também confirmou as alegações da comunidade de que árvores foram derrubadas ilegalmente para construir o porto.¹⁴⁵ Os residentes também sustentam que a aprovação da licença da Altai não passou pelo devido processo legal – e que consultas à comunidade local não foram feitas.¹⁴⁶ Em junho de 2023, a Suprema Corte emitiu um mandado de Kalikasan – recurso jurídico para a proteção do direito a um meio ambiente saudável – contra órgãos governamentais e a mineradora.¹⁴⁷

Em 2010, a Altai Philippines foi vendida para uma subsidiária da Pelican Resources, uma empresa canadense, por mais de \$1.2 milhões de dólares canadenses. a Pelican assinou um Memorando de Entendimento com a Dynamo Atlantic Limited – a proprietária beneficiária do projeto de mineração situado na ilha de Sibuyan. A Dynamo é alegadamente ligada a Kenneth Gatchalian, filho do Senador em Exercício William Gatchalian e irmão do Senador Sherwin Gatchalian, também Secretário do Departamento da Previdência Social e Desenvolvimento. De acordo com documentos da empresa, a venda foi concluída em 2020.

O sentimento antiminação continua forte: “A luta para preservar um lugar como Sibuyan não pode ser empreendida por uma única pessoa ou grupo. É um esforço coletivo dos cidadãos... Todas as pessoas aqui, de netos a avós, vieram participar”, diz a líder comunitária Elizabeth Ibañez.¹⁴⁸ Os defensores estão reagindo fortemente contra poderosos interesses corporativos em Sibuyan. Há muita coisa em jogo. “Florestas abundantes, águas limpas e solo rico”, diz Elizabeth, “é até uma questão de mudança climática.”¹⁴⁹ Por isso, é uma luta que deve preocupar o mundo inteiro.

RECOMENDAÇÕES DOS DEFENSORES: LIVING LAUDATO SI E O POVO DE SIBUYAN CONTRA A MINERAÇÃO

O governo das Filipinas deve:

- 1** Declarar a Ilha de Sibuyan uma zona protegida pela legislação nacional e trabalhar com o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO para inscrevê-la na Lista do Patrimônio Mundial e assim melhor proteger sua biodiversidade única.
- 2** Cancelar o acordo de compartilhamento da produção mineral com a Altai Philippines Mining Company e instituir uma moratória em todos os projetos de mineração em Sibuyan.
- 3** Revogar a Lei de Mineração das Filipinas (1995) e substituí-la pela Lei de Gestão Mineral Alternativa que propõe maior proteção e respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aborda os riscos das mudanças climáticas.

Virando o jogo continua →

JUST ENERGY TRANSITION PARTNERSHIP (PARCERIA PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA) – JETP

Os compromissos globais para atingir o 'net zero' (zero emissões) até 2050 são prejudicados pelos impactos desiguais da crise climática.

A transição para economias mais verdes é fundamental para os esforços globais de mudança das indústrias baseadas em combustíveis fósseis e com uso intensivo de carbono. As nações que mais contribuíram para a emergência climática e colheram os benefícios têm maiores responsabilidades de ajudar numa transição global "justa".¹⁵⁰

Just Energy Transition Partnerships (Parceria para a Transição Energética Justa) – JETP são modelos de financiamento que visam preencher essa lacuna, com os países desenvolvidos já prometendo um total de \$ 44 bilhões para nações vulneráveis ao clima como África do Sul, Indonésia e Vietnã.¹⁵¹ Filipinas e Índia estão supostamente em negociação com países doadores da JETP para promessas semelhantes, com um novo acordo anunciado recentemente com o Senegal.^{152, 153}

Agora, mais do que nunca, governos e empresas devem identificar, prevenir e mitigar os riscos aos defensores. Em junho de 2023, Hoang Thi Minh Hong se tornou o quinto ativista climático a ser preso no Vietnã por suposta sonegação de impostos nos últimos dois anos.¹⁵⁴ Sua prisão ocorreu dias depois que grupos de direitos humanos comemoraram a libertação



antecipada do defensor do meio ambiente vietnamita Nguy Thi Khanh, detido e condenado a dois anos de prisão por sonegação de impostos – uma acusação que se acredita ter motivação política.¹⁵⁵

Três outros ativistas ambientais vietnamitas – Dang Dinh Bach, Mai Phan Loi e Bach Hung Duong – ainda estão presos.¹⁵⁶ Todos eles defendiam a adoção de energia limpa e menos dependência de projetos movidos a carvão.¹⁵⁷ Organizações de justiça climática anunciaram uma greve de fome inédita de um mês em solidariedade a Dang Dinh Bach, que iniciou uma greve de fome quando completaram dois anos de sua prisão, em "defesa de sua inocência".¹⁵⁸

Apesar do silenciamento dos defensores da terra e do meio ambiente, países do G7 e outros governos mundiais firmaram um JETP de US\$ 15,5 bilhões com o Vietnã para ajudar o país a reduzir suas emissões.¹⁵⁹ Mas, com os defensores ambientais e ativistas de direitos humanos sendo criminalizados, há sérias preocupações de que a sociedade civil esteja sendo excluída das deliberações sobre a transição energética no Vietnã.¹⁶⁰ Em vez disso, o anúncio parece ser apenas 'da boca para fora', uma promessa vazia de transição energética 'justa'. Até que os tomadores de decisão garantam a participação efetiva da sociedade civil – sem medo de prisão – no desenvolvimento e implementação deste acordo, as metas ambiciosas do JETP podem ser comprometidas.



O advogado ambientalista Dang Dinh Bach (*acima*) e a ativista ambiental Hoang Thi Minh Hong (*à esquerda*) estão entre os cinco ativistas climáticos detidos pelo governo vietnamita nos últimos dois anos.



RECOMENDAÇÕES DOS DEFENSORES: APOIO À COALIZÃO DE BACH

As partes do JETP com o Vietnã devem:

- 1 Garantir que nenhum financiamento para o JETP seja liberado para o Vietnã até que Bach, Hong e outros líderes climáticos sejam libertados e as acusações retiradas.
- 2 Garantir que o JETP identifique, previna, mitigue e corrija qualquer retaliação e represália contra defensores ambientais e de direitos humanos, juntamente com medidas efetivas que permitam à sociedade civil participar ativamente da tomada de decisões e monitoramento do acordo.
- 3 Exortar o Vietnã a elaborar e promulgar leis de acordo com as normas e tratados internacionais destinados a criar e manter um ambiente seguro para a sociedade civil atuar livremente. Leis que possam ser mal utilizadas para criminalizar os defensores devem conter salvaguardas para evitar essa interpretação, enquanto as leis que visam ou criminalizam os manifestantes devem ser revogadas.



Abaixo: Manifestação durante a semana de greves globais pelo clima, Hanói, 2019.





EM EVIDÊNCIA

ESTRATÉGIAS DE SILENCIAMENTO

APRISIONEM
OS
MENSAGEIROS

QUANDO DEFENSORES SÃO
TRATADOS COMO CRIMINOSOS.

44 — 45

ESTRATÉGIAS DE SILENCIAMENTO:

Aprisionando o mensageiro

Em 2022, o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente muitas vezes virou notícia local – e às vezes, nacional. Alguns casos foram manchete no mundo todo.

Mas os assassinatos são apenas a ponta do iceberg. Por baixo, e em grande parte não notificados, há inúmeros ataques que, embora não sejam fatais, transformam radicalmente a vida dos defensores. É isso que acontece com a criminalização.

Muitas vezes, os defensores são forçados a enfrentar o próprio sistema legal que deveria protegê-los. De acordo com a organização internacional de direitos humanos Front Line Defenders, a criminalização de defensores dos direitos humanos – incluindo prisão, detenção e processos legais – foi a principal forma de ataque em 2022 e representou mais de um terço (34%) das violações registradas no ano.¹⁶¹

Em todo lugar, a narrativa predominante apresenta os defensores como uma ameaça ao desenvolvimento do país. São retratados como baderneiros, terroristas ou rebeldes que precisam ser mantidos sob rédea curta. Os sistemas jurídicos que levam uma eternidade para investigar e acusar os assassinos são surpreendentemente céleres quando se trata de tomar medidas legais contra os defensores. Enfrentar acusações que os transformam em criminosos é um fardo em tempo integral para os defensores e pode durar anos.

Em alguns casos, antes de serem assassinados, os defensores são criminalizados. Vejamos o caso de Teófilo Acuña, renomado líder social colombiano e a voz de milhares de pequenos produtores que vivem da agricultura e do garimpo de ouro. Ele foi assassinado em fevereiro de 2022 ao lado de outro defensor, Jorge Alberto Tafur. Ambos relataram ameaças apenas alguns dias antes de seu assassinato.¹⁶²

Antes de tudo, porém, Teófilo já havia sido criminalizado diversas vezes. Ele havia sido espancado e preso arbitrariamente em 2007¹⁶³ como parte de um processo legal que mais tarde foi arquivado.¹⁶⁴ Foi preso arbitrariamente novamente em 2020 sob falsas acusações de incitar uma rebelião. Isso aconteceu logo depois que o Congresso de los Pueblos, um movimento local co-fundado por Teófilo, apresentou queixas às autoridades sobre processos arbitrários e perseguição judicial contra membros de movimentos camponeses.¹⁶⁵ Além disso, os apoiadores de comunidades locais e indígenas também podem se tornar alvos de criminalização.

Chad Booc formou-se em ciência da computação nas Filipinas.¹⁶⁶ Ele se voluntariou para dar aulas aos povos indígenas Lumad e acabou se tornando um defensor de suas lutas. A polícia e os militares prenderam Chad e outras seis pessoas em 2021 sob acusação de sequestro e tráfico. As autoridades argumentaram que eles haviam

sequestrado crianças Lumad e as estavam treinando como ‘futuros combatentes armados’.¹⁶⁷ Chad, outros professores e alguns estudantes passaram três meses na prisão antes de o caso ser encerrado devido à falta de provas.¹⁶⁸ Ele foi assassinado em fevereiro de 2022 enquanto viajava com outro professor voluntário, um agente comunitário de saúde e dois motoristas voluntários.¹⁶⁹ Chad Booc tinha 27 anos.

A criminalização não é o único tipo de ataque não letal enfrentado pelos defensores e nem sempre leva ao assassinato dos defensores – mas é uma forma implacável e eficaz de silenciá-los. Os defensores devem arcar com os custos do processo, incluindo honorários advocatícios e despesas de deslocamento para tribunais que geralmente ficam longe de suas casas. A criminalização também representa um grande risco para a família e a comunidade do defensor porque o isola, aumenta sua visibilidade e facilita a identificação – e o ataque – de sua família e comunidade. Também pode impedir que os defensores ganhem a vida, prejudicando sua capacidade de encontrar um trabalho. Além disso, a criminalização pode ter um profundo impacto psicológico nas pessoas afetadas. É preocupante, embora talvez não surpreendente, que a criminalização dos defensores da terra e do meio ambiente em todo o mundo esteja aumentando.¹⁷⁰

“
ELES SÃO RETRATADOS
COMO ENCRENQUEIROS,
TERRORISTAS OU REBELDES
QUE PRECISAM SER MANTIDO
NA RÉDEA CURTA

”



Manifestantes pedem justiça pelo assassinato do defensor filipino Chad Booc em 2022.



Diversas leis nacionais são invocadas para justificar acusações contra defensores, incluindo invasão de propriedade, reunião ilegal e terrorismo.



COLÔMBIA

EXILADO POR DEFENDER

OS FILHOS
DO LIXO

*DR. YESID BLANCO É UM PEDIATRA
COLOMBIANO QUE VIVE EXILADO NOS EUA*

48 — 51



Aterro sanitário de propriedade da Veolia próximo à comunidade de Patio Bonito, Colômbia, 2023.



Lixo flutuando em riacho próximo à comunidade de Patio Bonito, 2023.



EXILADO POR DEFENDER: "Os Filhos do Lixo"

O Dr. Yesid Blanco é um pediatra colombiano que vive exilado nos EUA depois de receber ameaças de morte por se manifestar contra um aterro sanitário próximo à sua cidade. O aterro tóxico teria causado impactos devastadores na saúde de uma comunidade vizinha e seria um desastre para o meio ambiente. Esta é a história dele.

"Eu soube que tinha alguma coisa muito errada logo depois de 2015. Como pediatra e chefe da única UTI da minha cidade, Barrancabermeja, na Colômbia, atendi inúmeras crianças vulneráveis e muito doentes. Mas os casos que começaram a aparecer a partir de 2016 eram diferentes de tudo que eu já tinha visto.

Bebês de uma comunidade chamada Patio Bonito começaram a nascer com diversos problemas raros e sérios, inclusive sem ter desenvolvido o cérebro durante a gestação, morrendo logo após o nascimento. Eles tinham uma doença mortal conhecida como anencefalia. Alguns nasceram com deformidades, enquanto outros tinham graves erupções cutâneas e furúnculos pelo corpo.

E o sofrimento não se limitava aos bebês. Também começaram a aparecer no consultório crianças com

doenças muito raras e uma série de sintomas dolorosos. Outras pessoas em Patio Bonito começaram a ter problemas respiratórios e gastrointestinais – e até câncer.

Para mim, ficou claro que esses problemas de saúde estavam sendo causados pela poluição na região. Os defeitos congênitos e danos ao DNA eram compatíveis com a ingestão de certos metais pesados, incluindo mercúrio e arsênio. O surgimento dos problemas também coincidiu com a construção de um enorme aterro sanitário próximo a Patio Bonito, que começou a operar em janeiro de 2015, no meio de uma área natural protegida. Não havia outra explicação. Patio Bonito havia se tornado uma zona de sacrifício humano.

CICATRIZES CAUSADAS PELO ATERRO

Situado à beira de um rio que deságua no pântano de Ciénaga de San Silvestre – única fonte de água de uma cidade de 200.000 habitantes – o aterro de Yerbabuena recebe o lixo de Barrancabermeja e de uma refinaria de petróleo.

Para mim, era evidente que os componentes químicos desse lixo acabariam contaminando a comida e a água da comunidade. Era óbvio que o escoamento tóxico do aterro chegaria à casa e ao corpo das pessoas. Além disso, o aterro está localizado em meio a um rico ecossistema – lar de onças-pintadas e diversas outras espécies – com consequências devastadoras para a biodiversidade da região.

Já antes do início das operações, eu sabia que o aterro seria um grande problema para a comunidade de Patio Bonito. E foi mesmo. Para mim também se tornou um pesadelo real.

“
É DIFÍCIL ENCONTRAR
UMA CRIANÇA NASCIDA
APÓS 2015 EM PATIO
BONITO QUE NÃO TENHA
PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS
E DERMATOLÓGICOS. ESSA
GERAÇÃO QUE FOI APELIDADA
DE "OS FILHOS DO LIXO".”

Dr Yesid Blanco — Colombian Paediatrician



VIVENDO NO LIMBO

Eu sabia que era minha responsabilidade cuidar da saúde das pessoas da região, inclusive fora do meu consultório. Eu tinha que tornar pública a relação entre o aterro e os problemas de saúde na região.

Em setembro de 2018, depois de falar sobre a poluição da água e os danos a espécies ameaçadas causados pelo aterro, comecei a receber ameaças de morte. Fiquei sabendo de tentativas de me prender e até mesmo de um plano para jagunços atacarem a mim e minha família. Enfrentando perseguições e processos criminais por acusações forjadas – incluindo terrorismo e fraude – fui obrigado a fugir, temendo por minha vida.

O aterro e todos os horrores que ele trouxe viraram minha vida no avesso. Agora vivo no exílio e me transformei em algo que não sou, alguém que não reconheço mais. Estou vivendo num limbo.

É difícil descrever a dor de ser obrigado a deixar tudo e todos para trás. Mas o pior é saber que o lixo continua lá, causando danos catastróficos aos vizinhos e ao meio ambiente. É frustrante e doloroso ver tanto sofrimento na comunidade, sabendo que a causa é totalmente evitável.

Mas sei que a dor e a frustração que sinto não são só minhas. A população de Patio Bonito também convive com essa dor e dificuldade há mais de oito anos. Eles estão emocionalmente exaustos.

Perceberam que ninguém moveu uma palha para resolver seus problemas de saúde. Eles também estão vivendo no limbo, esperando que alguém assuma a

responsabilidade. Mas não aparece ninguém. Eles não têm muita escolha a não ser ir embora, se puderem.

Falar da minha casa, de um lugar tão distante é o pior castigo possível. Na Colômbia, a punição por falar a verdade é a destruição física ou econômica, mas há também o fardo moral e emocional. É uma guerra em que ativistas e líderes ambientais enfrentam várias formas de ataque.

Devemos ensinar nossos filhos sobre os ativistas que deram a vida e fizeram grandes sacrifícios por um planeta melhor. Este é o melhor exemplo para as gerações futuras.

Também devemos continuar defendendo o que é certo e enfrentando aqueles que valorizam o lucro acima das pessoas, especialmente os mais vulneráveis – os nascituros – e o meio ambiente do qual as pessoas dependem. Aqueles que querem nos silenciar não podem e não vão vencer.

O LUCRO ACIMA DAS PESSOAS

Em 2018, fui procurado por um advogado que disse trabalhar para a empresa francesa de gestão de resíduos Veolia. Ele queria saber mais sobre o aterro sanitário.

Juntamente com outros ativistas, alertamos o advogado e a Veolia sobre nossas preocupações ambientais e de direitos humanos. Mas quase toda a nossa correspondência foi ignorada.

Um ano depois, em julho de 2019, a Veolia comprou o aterro de sua antiga dona, a Rediba – empresa ligada a grupos paramilitares.

“A Veolia comprou sangue com dinheiro europeu.”

Nunca imaginamos que uma empresa europeia compraria este aterro sanitário. Foi um choque saber que uma empresa como a Veolia havia comprado o aterro, apesar de nossos avisos.

Eles negaram veementemente os efeitos nocivos do aterro na água, na comunidade e nas milhares de pessoas que são afetadas pelo local até hoje.

A União Europeia deve agir e fazer pressão para que empresas como a Veolia não comprem ativos como esse aterro – e que as organizações ambientais, econômicas e sociais também tenham o poder de impedir que isso aconteça.”

“
**PERDI MINHA TERRA, MINHA CIDADE,
MEU TRABALHO COMO MÉDICO E MINHA
ESTABILIDADE FINANCEIRA. FUI BANIDO
E FORÇADO AO EXÍLIO A MILHARES DE
QUILÔMETROS DE CASA.**
”



Marcha Global pelo clima em Bogotá, em 2021.

NOVA LEI DA UE – POSSÍVEL DIVISOR DE ÁGUAS PARA A RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A União Europeia (UE) está discutindo uma nova lei que pode ser um divisor de águas para a responsabilidade corporativa no mundo todo. Se aprovada, a Diretiva de Devida Diligência de Sustentabilidade Corporativa (CSDDD) exigirá que grandes empresas que atuam na UE realizem processos de devida diligência. Trata-se de identificar os riscos associados às suas atividades e tomar medidas para prevenir e mitigar impactos negativos nos direitos humanos e ambientais relacionados às suas atividades.¹⁷¹

Basicamente, de acordo com a proposta de lei, as vítimas de abuso corporativo poderão responsabilizar grandes empresas em tribunais europeus pelos danos causados. Dado o poder econômico da UE, essa iniciativa regional pode ter um impacto considerável na forma como negócios são feitos globalmente.¹⁷²

Prevenir as crescentes ondas de violência e ataques contra defensores e suas comunidades deve ser uma prioridade para os legisladores da UE. O envolvimento efetivo das comunidades afetadas e potencialmente afetadas – especialmente povos indígenas – deve ser parte essencial dos processos contínuos de devida diligência empresarial. A lei deve garantir que as empresas identifiquem e mitiguem os riscos potenciais para as comunidades e implementem medidas para garantir sua segurança e evitar represálias.¹⁷³ As empresas devem respeitar plenamente os direitos dos povos indígenas de acordo com diretrizes internacionais, incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Em um movimento positivo em junho de 2023, o Parlamento Europeu reconheceu a importância do envolvimento das comunidades impactadas ou potencialmente impactadas.¹⁷⁴ O Parlamento incorporou o envolvimento obrigatório das partes interessadas e a necessidade de considerar as vulnerabilidades de defensores e comunidades em sua posição de negociação. Agora, esta parte fundamental da legislação deve ser priorizada à medida que as negociações continuam entre o Parlamento e os 27 Estados-Membros da União Europeia.

Os legisladores da UE devem fortalecer várias outras partes da lei proposta para proteger melhor os mais vulneráveis de danos causados por empresas. Por exemplo, não há justificativa para o tratamento privilegiado dispensado às instituições financeiras na proposta. O texto atual exige apenas que investidores, seguradoras e bancos realizem um processo muito limitado de devida diligência e é provável que sejam isentos de responsabilidade mesmo sob a nova lei, ao contrário do que pode acontecer com outros setores. Isso precisa mudar: a Global Witness revelou vários casos de financiadores sediados na UE que apoiam projetos envolvidos com violações de direitos humanos e danos ambientais.¹⁷⁵ A lei deve se concentrar nos direitos e na proteção dos defensores e das comunidades e não conceder privilégios especiais ao setor financeiro.

Por fim, a legislação deve proteger as pessoas em maior risco com as mudanças climáticas e desestimular projetos empresariais irresponsáveis que agravam a crise climática. Os defensores e suas comunidades pagam um preço desproporcional pela mudança climática global – e pela falta de ação para enfrentá-la. Durante anos, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e renomados cientistas alertaram sobre a urgência da questão climática.¹⁷⁶ Há um crescente reconhecimento dessa urgência – na pesquisa YouGov de 2023, 74% dos europeus eram a favor de uma lei para obrigar as empresas europeias a tomar medidas em relação ao clima.¹⁷⁷ Após décadas pedindo às empresas que adotem ações voluntárias, ficou claro que essa abordagem não é capaz de garantir as mudanças necessárias. Uma lei que obrigue as empresas a realizar a devida diligência climática pode não apenas ser transformadora para pessoas e defensores na linha de frente, mas também pode ajudar a fazer a transição necessária para modelos de negócios sustentáveis e alinhar as emissões com a meta mundial de 1,5°C.¹⁷⁸

A nova lei pode ser aprovada até o fim de 2023, antes de ser adotada pelo ordenamento jurídico dos 27 Estados-Membros da UE. Os legisladores europeus devem garantir que o texto final atenda às necessidades dos defensores globalmente.



EM FOCO

PROGRESSO PARA AS PESSOAS E O PLANETA

10 SUCESSOS DO
ANO PASSADO

APESAR DE ENFRENTAR PERIGOS E DESAFIOS SIGNIFICATIVOS, DEFENSORES
TIVERAM SUCESSO EM DIVERSOS ÂMBITOS NO ANO PASSADO

54 — 55

PROGRESSO PARA AS PESSOAS E O PLANETA:

10 sucessos do ano passado

O tempo está se esgotando. Ativistas de todo o mundo trabalham sem parar para deter a crise climática. Apesar de enfrentarem enormes perigos e desafios, os defensores também alcançaram algum sucesso no ano passado.

Marcamos o 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU celebrando algumas dessas conquistas e reconhecendo algum progresso para maior proteção dos defensores e maior justiça para aqueles que perderam a vida. Também celebramos o crescente reconhecimento do papel dos defensores no enfrentamento da emergência climática.

🌐 1. UNIÃO EUROPEIA

Proposta inovadora da UE sobre devida diligência corporativa: em fevereiro de 2022, a Comissão Europeia publicou uma proposta há muito esperada de uma nova lei de responsabilidade corporativa – o primeiro arcabouço jurídico regional que obriga as empresas a agir de forma sustentável.¹⁷⁹ A diretiva de devida diligência de sustentabilidade corporativa – se aprovada – exigirá que as empresas que atuam na UE identifiquem, previnam e mitiguem os riscos aos direitos humanos e ao meio ambiente associados às suas atividades e reparem os danos causados.

🌐 2. AMÉRICA LATINA E CARIBE

Primeira Conferência das Partes do Acordo de Escazú (COP Escazú): um ano após sua entrada em vigor, em abril de 2022, foi realizada no Chile a primeira reunião anual do Acordo de Escazú – o primeiro acordo ambiental regional da América Latina e Caribe e o primeiro do mundo com disposições específicas sobre defensores dos direitos humanos e ambientais.¹⁸⁰ Após a eleição de seis representantes públicos por votação aberta online, Escazú tornou-se o único acordo ambiental internacional com participação direta de

representantes eleitos do público.¹⁸¹ Este grupo é responsável por monitorar a participação pública no acordo. Um comitê de conformidade também foi formado para orientar a implementação do acordo.¹⁸²

🌐 3. GLOBAL

Primeiro Relator Especial do mundo sobre Defensores Ambientais: em junho de 2022, Michel Forst foi nomeado o primeiro Relator Especial do mundo sobre defensores ambientais nos termos da Convenção da UNECE sobre Acesso à Informação, Participação do Público na Tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Questões Ambientais (também conhecida como Convenção de Aarhus), que obriga os Estados a proteger os ativistas que se manifestam para proteger os direitos ambientais.¹⁸³ Qualquer membro do público, parte da Convenção de Aarhus ou o secretariado pode apresentar uma reclamação ao Relator Especial. O Relator pode utilizar várias ferramentas para resolver reclamações, incluindo medidas de proteção, canais diplomáticos, declarações públicas ou levar o assunto à atenção de outros órgãos relevantes de direitos humanos e governos envolvidos.

🌐 4. GLOBAL

ONU afirma o direito universal a um meio ambiente limpo e saudável: em julho de 2022, as Nações Unidas aprovaram uma resolução reconhecendo o direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano. Enquanto o mundo enfrenta uma tripla crise (mudança climática, perda de biodiversidade e poluição), a resolução pede aos “Estados, organizações internacionais, empresas e outras partes interessadas” que intensifiquem os esforços para assegurar esse direito.¹⁸⁴

🌐 5. INDONÉSIA E BRASIL

Grandes empresas internacionais suspendem fornecedor local de óleo de palma: em setembro de 2022, na Indonésia, a Nestlé anunciou planos de interromper suas compras de subsidiárias da Astro Agro Lestari, grande produtora indonésia de óleo de palma ligada a denúncias de grilagem de terras e violações de direitos humanos.¹⁸⁵ Várias empresas de bens de consumo – Hershey’s, P&G e Colgate Palmolive: fabricantes de marcas bem conhecidas, de chocolate a pasta de dente – seguiram rapidamente essa suspensão.¹⁸⁶ No Brasil, em dezembro de 2022, após uma investigação da Global Witness, Cargill, Nestlé, Hershey’s, General Mills e Kellogg informaram à Global Witness que suspenderam as compras da Brasil BioFuels, importante produtora brasileira de óleo de palma ligada a denúncias de violações de direitos humanos na Amazônia.¹⁸⁷

🌐 6. GLOBAL

Fundo de perdas e danos inédito acordado na COP27: uma resolução histórica foi adotada na COP27 no Egito em outubro de 2022, quando as partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) concordaram em criar um fundo de perdas e danos para os países mais afetados pela crise climática.¹⁸⁸ Essa decisão foi uma grande vitória para os países vulneráveis ao clima e para a sociedade civil, que há décadas exigia um fundo como esse. Ela abre caminho para que os países desenvolvidos paguem pelas perdas e danos causados pelas mudanças climáticas. Ainda é necessária uma ação urgente para operacionalizar o fundo, com participação significativa da sociedade civil e das comunidades da linha de frente.

🌐 7. SERRA LEOA

Serra Leoa estabelece precedentes sobre direitos à terra, clima e desenvolvimento sustentável: o governo de Serra Leoa aprovou a Lei de Desenvolvimento de Minas e Minerais, que visa proteger as comunidades afetadas por futuros projetos de mineração no país. A nova lei exigirá que as empresas garantam o consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas e aumentem os direitos dos proprietários locais de vetar projetos – incluindo a afirmação de direitos fundiários iguais para as mulheres.¹⁸⁹

🌐 8. PERU

Justiça para famílias de defensores peruanos: após oito anos de incansável defesa e apelos à justiça, a Suprema Corte de Justiça do Peru condenou cinco madeireiros ilegais a mais de 28 anos de prisão cada um pelo assassinato de quatro líderes indígenas ashéninka: Edwin Chota Varela, Leoncio Quintísima Meléndez, Jorge Ríos Pérez e Francisco Pinedo Ramírez.¹⁹⁰

🌐 9. MÉXICO

Apoio judicial para devida diligência e consulta pública: um tribunal federal do México revogou as licenças emitidas pelas autoridades federais para a construção do porto de Veracruz. Moradores do estado de Veracruz e o Centro Mexicano de Direito Ambiental (CEMDA) comemoraram a decisão, que “reforça a proteção do direito a um meio ambiente saudável e estabelece um novo precedente que mudará a forma como as autoridades definem como os projetos são avaliados por seu impacto ambiental.”¹⁹¹ A sentença também exige que as autoridades relevantes fortaleçam as avaliações de impacto ambiental usando os melhores métodos científicos disponíveis e garantam a participação pública nas decisões.¹⁹²

🌐 10. AUSTRÁLIA

Comunidade indígena recupera suas terras, antes ocupadas por uma grande empresa de gás: a comunidade de Munupi apresentou uma queixa contra o governo australiano pela falta de um processo de consulta local quando foi aprovada a exploração de combustíveis fósseis ao longo de mais de 300 km da costa da ilha de Tiwi. Dennis Tipakalippa, membro sênior da comunidade, alegou que ninguém os consultou antes de decidirem que o projeto (de propriedade da Santos, o segundo maior produtor independente de gás da Austrália) poderia prosseguir. Como resultado dessa queixa, o Tribunal Federal Australiano emitiu um veredicto revogando a licença do projeto, e as operações foram interrompidas.¹⁹³

RECOMENDAÇÕES

PARA GOVERNOS E EMPRESAS

São necessárias ações urgentes para responsabilizar empresas e governos pela violência, criminalização e outros ataques enfrentados pelos defensores da terra e do meio ambiente na luta para proteger suas terras, suas comunidades e nosso planeta. Governos e empresas devem tomar as seguintes medidas para enfrentar os principais motores e facilitadores de ataques contra defensores:

OS GOVERNOS DEVEM:

1 Criar um ambiente seguro para a atuação dos defensores e um espaço cívico para que isso possa acontecer: as leis atuais que protegem e reconhecem os direitos dos defensores e suas comunidades e dos povos indígenas e afrodescendentes devem ser cumpridas. Quando não houver leis para isso, novos marcos legais devem ser estabelecidos. Leis que possam ser mal utilizadas para criminalizar os defensores devem conter salvaguardas para evitar essa interpretação, enquanto as leis que visam criminalizar ou criminalizam os manifestantes devem ser revogadas. Os governos devem proteger os direitos dos defensores, incluindo o direito universal ao consentimento livre, prévio e informado, os direitos dos povos indígenas à sua subsistência e cultura, o direito à vida, à liberdade e à liberdade de expressão e o direito a um ambiente seguro, saudável e sustentável.¹⁹⁴ Estes são direitos humanos básicos já incorporados em várias leis nacionais e regionais e resoluções internacionais não vinculativas.¹⁹⁵ Além disso, mecanismos e ferramentas já existentes devem ser usados para proteger melhor os defensores e promover o espaço cívico, incluindo o Acordo de Escazú, os procedimentos do Relator Especial da ONU e o Protocolo Esperanza. Quando aplicável, os Estados devem concordar e implementar integralmente esses padrões internacionais e regionais, incluindo aqueles que levantam preocupações sobre práticas comerciais predatórias.¹⁹⁶

2 Demonstrar liderança para denunciar, investigar e buscar responsabilização por represálias contra defensores: é necessária liderança internacional para ajudar a garantir a participação segura e significativa dos defensores em decisões nacionais, regionais e multilaterais. Esforços para fortalecer políticas e fiscalização devem ser combinados com o monitoramento de ataques contra defensores, bem como do que acontece após os ataques, para ajudar a combater a impunidade. As iniciativas de monitoramento atuais precisam ser alinhadas com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da ONU, que preconiza maior proteção para os defensores. Os dados sobre ataques contra defensores de direitos devem ser específicos e diferenciar entre grupos particularmente vulneráveis, incluindo povos indígenas, mulheres e meninas e defensores da terra e do meio ambiente.

3 Promover a responsabilização legal das empresas: legislar e promulgar leis para exigir que empresas e instituições financeiras realizem a devida diligência sobre direitos humanos e riscos ambientais e climáticos em todas as suas operações globais (incluindo cadeias produtivas e relações comerciais). Isso tornaria as empresas e instituições financeiras mais transparentes e responsáveis pela violência e outros danos perpetrados contra defensores da terra e do meio ambiente. Tais leis devem proteger os defensores em sua interação com as empresas, reconhecer seus esforços para proteger o planeta e definir a responsabilidade das empresas de identificar, prevenir, mitigar e remediar quaisquer danos contra eles. As leis de responsabilidade corporativa devem respeitar os padrões estabelecidos nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos; as Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais; e a Orientação de Devida Diligência da OCDE para Condução Empresarial Responsável.¹⁹⁷

AS EMPRESAS DEVEM:

1 Identificar, prevenir, mitigar e remediar eventuais danos provocados por suas operações contra defensores: implementar procedimentos robustos de devida diligência de modo a prevenir, identificar, mitigar e prestar contas por prejuízos aos direitos humanos e danos ambientais em todas as suas operações. Políticas empresariais devem identificar explicitamente quaisquer riscos contextuais para os defensores e proteger seus direitos. Isso significa identificar e mitigar as motivações por trás de ameaças e ataques, como desigualdade fundiária, corrupção, conflitos violentos, altas taxas de impunidade e falta de espaço cívico. As empresas devem apresentar soluções rapidamente quando ocorrerem danos aos direitos humanos e ambientais, impedir futuros ataques e reconhecer publicamente o papel positivo que os defensores desempenham.

2 Garantir a conformidade legal e a responsabilidade corporativa em todos os níveis: implementar com rigor uma política de tolerância zero para ataques e represálias contra defensores da terra e do meio ambiente, aquisição ilegal de terras e violações do direito ao consentimento livre, prévio e informado. Isso deve se aplicar a todos os níveis das operações de uma empresa, incluindo suas operações globais, cadeias de valor e relações comerciais. Essas políticas devem indicar quem é responsável pela conformidade legal no nível sênior, bem como a forma de implementação e monitoramento das medidas. As políticas também devem definir limites claros para suspensão imediata ou rescisão de contratos com fornecedores não conformes.

GOVERNOS E EMPRESAS DEVEM:

1 Implementar uma abordagem baseada em direitos para lidar com as mudanças climáticas: garantir que os compromissos para implementar o Acordo de Paris estejam alinhados com as obrigações e normas internacionais de direitos humanos existentes e promovam soluções justas e equitativas para combater as mudanças climáticas. Isso deve incluir o fortalecimento dos direitos fundiários das comunidades indígenas e tradicionais e o aumento de sua participação na tomada de decisões, em reconhecimento ao papel fundamental que desempenham na proteção das últimas áreas de biodiversidade remanescentes no planeta.

Recomendações continuam →

Como um importante bloco comercial com presença global, a União Europeia tem a responsabilidade e a oportunidade de liderar o processo de responsabilização das empresas. A UE tem a obrigação de contribuir para a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, sobretudo nos casos em que ações de países do bloco tenham um impacto internacional.

ESPECIFICAMENTE, OS LEGISLADORES DA UE DEVEM GARANTIR QUE A DIRETRIZ DE DEVIDA DILIGÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA (CSDDD):

- 1 Proteja os defensores e suas comunidades** exigindo que as empresas trabalhem com comunidades indígenas e locais afetadas e outros defensores da terra e do meio ambiente de maneira segura, significativa e inclusiva. Isso inclui exigências para identificar, prevenir e mitigar potenciais riscos para as comunidades, inclusive reconhecendo os impactos desproporcionais e específicos em grupos vulneráveis, incluindo povos indígenas, e diferenças entre os gêneros.
- 2 Garanta o acesso à justiça para as pessoas e comunidades afetadas** por meio de reparação legal sempre que os danos resultarem de atividades empresariais. É fundamental que queixas ou processos judiciais possam ser apresentados contra empresas nos tribunais europeus, mesmo quando o dano tiver ocorrido fora da UE. A CSDDD deve garantir o acesso à justiça, compensação e meios de coibir práticas nocivas. Para conseguir isso, as principais disposições preveem um período estendido para a instauração de ação legal, bem como medidas liminares.
- 3 Reflita os padrões internacionais** que afirmam claramente que as empresas têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos internacionais e as normas ambientais. Isso inclui o direito universal a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável, oficialmente reconhecido pela Assembleia Geral da ONU em julho de 2022. Como parte de sua devida diligência, as empresas são obrigadas a avaliar e abordar seus riscos e impactos negativos, incluindo riscos para os defensores. As empresas também devem ser obrigadas a respeitar a Declaração das Nações Unidas sobre Defensores dos Direitos Humanos.
- 4 Garanta que as instituições financeiras sejam obrigadas a realizar a devida diligência ambiental e de direitos humanos** de acordo com as normas internacionais. O setor financeiro continua a financiar projetos corporativos nocivos e não deve estar isento na nova lei. Ao contrário, a CSDDD deve exigir que as instituições financeiras realizem a devida diligência contínua em todas as suas cadeias de valor e carteiras de investimento e permitir que se desfaçam de ativos nocivos quando apropriado.



Certa: Passeata da greve climática durante a COP26, Glasgow, Escócia, 2021.



METODOLOGIA

COMO TRABALHAMOS

A campanha da Global Witness em favor dos defensores da terra e do meio ambiente tem o objetivo de pôr fim às inúmeras ameaças e ataques sofridos por defensores da terra e do meio ambiente e suas comunidades. Trabalhamos para aumentar a conscientização sobre esses abusos e amplificar as vozes dos defensores em apoio ao seu trabalho e às suas redes.

DEFINIMOS ‘DEFENSORES DA TERRA E DO MEIO AMBIENTE’ COMO PESSOAS QUE SE POSICIONAM E REALIZAM AÇÕES PACÍFICAS CONTRA A EXPLORAÇÃO INJUSTA, DISCRIMINATÓRIA, CORRUPTA OU PREJUDICIAL DOS RECURSOS NATURAIS OU DO MEIO AMBIENTE.

Os defensores da terra e do meio ambiente são um tipo específico de defensor dos direitos humanos – e muitas vezes são os mais visados por seu trabalho.

Nossa definição abrange uma ampla gama de pessoas. Os defensores geralmente vivem em comunidades cuja terra, saúde e meios de subsistência são ameaçados por atividades de mineração, extração de madeira, agronegócio ou outras indústrias. Outros defendem a nossa biodiversidade. Outros apoiam esses esforços por meio de seu trabalho – como advogados de direitos humanos ou ambientais, políticos, guardas florestais, jornalistas ou membros de campanhas ou organizações da sociedade civil, por exemplo.

A GLOBAL WITNESS PRODUZ RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE DEFENSORES DA TERRA E DO MEIO AMBIENTE ASSASSINADOS DESDE 2012.

Administramos um banco de dados desses assassinatos para que haja um registro desses eventos trágicos e possamos acompanhar as tendências e destacar as principais questões por trás delas.

Trazemos estatísticas com base em nossos próprios dados e utilizamos outros bancos de dados disponíveis publicamente para preparar estatísticas adicionais, como homicídios por bioma (conforme apresentado no estudo de caso da Amazônia) ou homicídios per capita. Este último critério nos permite identificar os países nos quais os números absolutos podem ser baixos, mas significativos em termos relativos, quando o tamanho da população total é levado em consideração. Gostaríamos de destacar que assassinatos em qualquer nível ocorridos em qualquer jurisdição continuam sendo uma preocupação.

PESQUISA SOBRE ASSASSINATOS E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS DE DEFENSORES DA TERRA E DO MEIO AMBIENTE ENTRE 1º DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022:

A Global Witness identifica casos de assassinatos pesquisando e analisando fontes confiáveis de informações online disponíveis publicamente, por meio do seguinte processo:

- » Identificamos conjuntos de dados de fontes internacionais e nacionais com detalhes sobre os defensores mortos, como o relatório anual Front Line Defenders e o relatório anual do Programa Somos Defensores referente à Colômbia e, em seguida, pesquisamos cada caso.
- » Utilizamos alertas de mecanismos de pesquisa usando palavras-chave e realizamos outras pesquisas online para identificar casos relevantes em todo o mundo.
- » Sempre que possível ou necessário, verificamos com parceiros locais ou regionais para obter mais informações sobre os casos.
- » Trabalhamos com aproximadamente 30 organizações locais, nacionais e regionais diferentes em mais de 20 países. Nós nos esforçamos para expandir nossa rede todos os anos, fortalecendo assim nossos dados e cobertura global.

Para atender aos nossos critérios, um caso deve ser apoiado pelas seguintes informações disponíveis:

- » Fontes de informação online publicadas e atuais, com credibilidade.
- » Detalhes sobre o tipo de ato e método de violência, incluindo a data e o local.
- » Nome e informações biográficas sobre a vítima.
- » Conexões claras, próximas e documentadas a uma questão ambiental ou fundiária.

Às vezes, incluímos um caso que não atende aos critérios descritos acima. Isso acontece quando uma organização local respeitada nos fornece evidências convincentes e não disponíveis online com base em suas próprias investigações.

A Global Witness inclui amigos, colegas e familiares de defensores da terra e do meio ambiente assassinados em seu banco de dados se a) parecer que eles foram assassinados em represália ao trabalho do defensor, ou b) eles tiverem sido mortos em um ataque dirigido ao defensor.

A Global Witness também registra desaparecimentos forçados de defensores da terra e do meio ambiente, verificando cada caso para atualização no mínimo seis meses após o desaparecimento. Nos casos em que o indivíduo permanece desaparecido, registra-se o homicídio.

É provável que nossos dados sobre assassinatos sejam subestimados, uma vez que muitos assassinatos não são notificados, principalmente em áreas rurais e em determinados países. Nossos critérios nem

sempre podem ser atendidos por uma análise de informações públicas, como reportagens de jornais ou documentos legais, nem por meio de contatos locais. Ou seja, essa metodologia rigorosa significa que nossos números não representam totalmente a escala do problema. Estamos trabalhando para melhorar isso.

Em resumo, os números apresentados neste relatório devem ser considerados apenas como uma imagem parcial da extensão dos assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente em todo o mundo em 2022. No ano passado, identificamos casos relevantes em 18 países, mas é provável que ataques contra defensores da terra e do meio ambiente também tenham ocorrido em outros países onde as violações de direitos humanos são generalizadas. Os motivos pelos quais podemos não ter conseguido documentar esses casos de acordo com nossa metodologia e critérios incluem:

- » Presença limitada de organizações da sociedade civil, ONGs e outros grupos monitorando a situação.
- » Supressão governamental dos meios de comunicação e outros meios de informação.
- » Conflitos mais amplos e/ou violência política, inclusive entre comunidades, que dificultam a identificação de casos específicos.

AGRADECIMENTOS

Nós da Global Witness gostaríamos de homenagear o trabalho essencial, corajoso e muitas vezes invisível que os defensores da terra e do meio ambiente realizam todos os dias, no mundo todo. É graças à sua determinação que podemos tentar manter um planeta saudável para esta e as futuras gerações. Obrigado!

Nosso trabalho de documentação de ataques contra defensores da terra e do meio ambiente só é possível devido à generosa ajuda de organizações que mantêm registros minuciosos dos ataques em seus respectivos países.

Agradecemos também aqueles que ajudaram na edição, design, imagens e tradução deste relatório.

A equipe da campanha da Global Witness pelos defensores da terra e do meio ambiente gostaria também de reconhecer nossos incríveis colegas. Sem o trabalho árduo dos departamentos de comunicação, desenvolvimento, instalações, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e administrativo da Global Witness – bem como de todos os outros que mantêm a organização funcionando – a organização não conseguiria apoiar esses bravos defensores, que estão na linha de frente da luta pelos direitos humanos. e pelo futuro do nosso planeta. Obrigado!



Certa: Eliete Paraguassu, uma pescadora quilombola Brasileira e defensora da terra e do meio ambiente, 2022.

ESTE ANO, AGRADECEMOS ESPECIALMENTE A AJUDA DE:

ACI-PARTICIPA, HONDURAS
ALLIANCE FOR LAND, INDIGENOUS AND ENVIRONMENTAL DEFENDERS (ALLIED)
AMAZÔNIA REAL, BRASIL
ANISTIA INTERNACIONAL
ALYANSA TIGIL MINA (ATM), FILIPINAS
BASE-IS, PARAGUAI
BUSINESS AND HUMAN RIGHTS RESOURCE CENTRE
CENTRO DE ASISTENCIA LEGAL A PUEBLOS INDÍGENAS (CALPI), NICARÁGUA
CENTRO POR LA JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA COSTA ATLÁNTICA DE NICARAGUA (CEJUDHCAN), NICARÁGUA
CENTRO MEXICANO DE DERECHO AMBIENTAL (CEMDA), MÉXICO
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), BRASIL
COMITÉ CEREZO, MÉXICO
COORDINADORA NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS, PERU
CORPORACIÓN REGIONAL YARIGUÍES – GRUPO DE ESTUDIOS SOCIALES EXTRACTIVOS Y AMBIENTALES DEL MAGDALENA MEDIO, COLÔMBIA
FRONT LINE DEFENDERS
GREEN ADVOCATES INTERNATIONAL, LIBÉRIA
HUMAN RIGHTS DEFENDERS ALERT (HRDA) HUMAN RIGHTS WATCH
INICIATIVA MESOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS HUMANOS
INSTITUTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, CHILE
KALIKASAN PNE, FILIPINAS
KARAPATAN, FILIPINAS
LIVING LAUDATO SI' FILIPINAS
JUSTIÇA NATURAL, ÁFRICA DO SUL
ODEVIDA, VENEZUELA
ORGANIZACIÓN KAPÉ KAPÉ, VENEZUELA
ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS, COLÔMBIA
ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS, MÉXICO
ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS, ESCRITÓRIO REGIONAL PARA O SUDESTE DA ÁSIA
PROÉTICA, PERU
PROGRAMA SOMOS DEFENSORES, COLÔMBIA
PROTECTION INTERNATIONAL, INDONÉSIA
PROTECTION INTERNATIONAL, TAILÂNDIA
REPÓRTER BRASIL
SIBUYANONS AGAINST MINING (SAM)
UNIDAD DE PROTECCIÓN A DEFENSORAS Y DEFENSORES DE DERECHOS HUMANOS (UDEFEUGA), GUATEMALA
UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM (PNUMA)
PARQUE NACIONAL DE VIRUNGA, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO



REFERÊNCIAS

LINKS E FONTES

1. Programme of Gustavo Petro, p15. <https://gustavopetro.co/descarga-programa-de-gobierno> (accessed: June 2023).
2. 'As fires race through Amazon, Brazil's Bolsonaro weakens environment agency,' Reuters, 28 August 2019, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-ibama-exclusive-idUSKCN1V114I> (accessed: July 2023).
3. "'Bolsonaro's to blame': Indigenous rights champion on crisis in Brazil,' The Guardian, 30 August 2022, <https://www.theguardian.com/world/2022/aug/30/sydney-possuelo-brazil-indigenous-people-interview-bolsonaro> (accessed: July 2023).
4. 'Land conflicts in Brazil break record under Bolsonaro,' Mongabay, 2 June 2021, <https://news.mongabay.com/2021/06/land-conflicts-in-brazil-break-record-in-2020-under-bolsonaro/> (accessed: July 2023).
5. For more on the situation of defenders in Brazil, see: Comissão Pastoral da Terra (CPT): Conflitos no campo Brasil 2022. <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14302&catid=41&m=0> (accessed: May 2023).
6. For more on the situation of defenders in Mexico, see: Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA): Informe 2022 sobre la situación de las personas y comunidades defensoras de los derechos humanos ambientales en México. <https://www.cemda.org.mx/informe-2022/> (accessed: May 2023).
7. 'Xiomara Castro, Honduras' first female president, is a mirror for the U.S. and Latin America,' Los Angeles Times, 27 January 2022, <https://www.latimes.com/espanol/california/articulo/2022-01-27/xiomara-castro-la-primera-mujer-presidenta-de-honduras-es-un-espejo-para-ee-uu-y-america-latina> (accessed: July 2023).
8. 'Xiomara Government Plan', Honduras 2022-2026. P.9. <https://www.libre.hn/plan-de-gobierno-de-xiomara-2022-2026> (accessed: April 2023).
9. 'Green groups slam Marcos government's push for mining as 'key driver' in Philippines economic recovery,' Eco-Business, 10 August 2022, <https://www.eco-business.com/news/green-groups-slam-marcos-governments-push-for-mining-as-key-driver-in-philippines-economic-recovery/> (accessed: June 2023).
10. Agriculture, forests and other land uses contribute 23% of global carbon emissions according to IPCC, https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/02/SPM_Updated-Jan20.pdf. For minerals, see: <https://www.csr.uq.edu.au/publications/transparency-on-greenhouse-gas-emissions-from-mining-to-enable-climate-change-mitigation>.
11. 'Defensoras de los derechos humanos,' OHCHR, <https://www.ohchr.org/es/node/3447/women-human-rights-defenders> (accessed: July 2023)
12. 'Protecting the Amazon can protect the Climate,' WWF International, November 2014, https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/protecting_the_amazon_can_protect_the_climate_www_lai_nascc.pdf (accessed: June 2023); 'Last chance to save the Amazon,' UN Environment Programme, 22 May 2023, <https://www.unep.org/news-and-stories/statements/last-chance-save-amazon> (accessed: June 2023); COP 30 in the Amazon reinforces urgency to combat deforestation and energy transition agenda, WWF, 26 May 2023, https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/notas_e_releases/english/?85921/COP-30-in-the-Amazon-reinforces-urgency-to-combat-deforestation-and-energy-transition-a-genda (accessed: June 2023).
13. '10 Facts about the Amazon Rainforest in 2022,' Mongabay, 25 February 2022, <https://rainforests.mongabay.com/amazon/amazon-rainforest-facts.html> (accessed: June 2023).
14. 'Why is the Amazon so important for climate change?' Scientific American, 20 February 2023, <https://www.scientificamerican.com/article/why-is-the-amazon-so-important-for-climate-change1/> (accessed: June 2023).
15. 'Biodiversity and the Amazon Rainforest,' Greenpeace, 22 May 2020, <https://www.greenpeace.org/usa/biodiversity-and-the-amazon-rainforest/> (accessed: June 2023).
16. 'More than 40 million people, including over 500 Indigenous and ethnic groups, live in the Amazon and depend on nature for agriculture, clothing, and traditional medicines. Most live in large urban centers, but all residents rely on the Amazon's natural bounty for food, shelter, and livelihoods,' WWF, <https://www.worldwildlife.org/places/amazon> (accessed: June 30, 2023).
17. 'Unsustainable Cattle Ranching,' WWF, https://www.panda.org/discover/knowledge_hub/where_we_work/amazon/amazon_threats/unsustainable_cattle_ranching/ (accessed: June 2023); 'Amazon Mining,' WWF, https://www.panda.org/discover/knowledge_hub/where_we_work/amazon/amazon_threats/other_threats/amazon_mining/ (accessed: June 2023); 'Razing the land to feed massive timber hunger,' WWF, https://www.panda.org/discover/knowledge_hub/where_we_work/amazon/amazon_threats/other_threats/logging_amazon/ (accessed: June 2023).
18. 'Critics question causes behind major oil spill in Ecuadorian Amazon,' Mongabay, 22 May 2023, <https://news.mongabay.com/2023/05/critics-question-causes-behind-major-oil-spill-in-ecuadorian-amazon/> (accessed: June 2023); 'La sombra del petróleo: Informe de los derrames petroleros en la Amazonía peruana entre el 2000 y el 2019,' Perú Coordinadora Nacional de Derechos Humanos (CNDDHH), Febrero 2020, https://oi-files-cng-prod.s3.amazonaws.com/peru.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/La-sombra-del-petroleo-esp.pdf.
19. 'Bruno Pereira and Dom Phillips were killed in the Amazon... A year later their Indigenous allies risk death to carry on the work,' The Guardian, 1 June 2023, <https://www.theguardian.com/world/dom-phillips-and-bruno-pereira> (accessed: June 2023).
20. 'European Parliament calls for investigation into Bruno and Dom murders,' ClimaInfo, 8 July 2022, <https://climainfo.org.br/2022/07/08/parlamento-europeu-cobra-investigacao-sobre-assassinatos-de-bruno-e-dom/> (accessed: June 2023).
21. The place where Bruno and Dom were killed was Vale do Javari, near Atalaia do Norte, about 1,000km from the Yanomami Indigenous territory, <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/pf-encontra-corpos-em-area-de-busca-no-vale-do-javari-apos-suspeitos-confessarem-crime.ghtml> (Accessed: May 2023)
22. 'Illegal gold mining brought death, disease, and violence to the Yanomami in Brazil,' Amazon Watch, 16 February 2023, <https://amazonwatch.org/news/2023/0216-illegal-gold-mining-brought-death-disease-and-violence-to-the-yanomami-in-brazil/> (accessed: June 2023); 'The Yanomami People are facing a humanitarian crisis in Brazil,' Greenpeace, 1 February 2023, <https://www.greenpeace.org/international/story/58033/yanomami-indigenous-brazil-mining-health-crisis-malnutrition-malaria/> (accessed: June 2023).
23. Interview with Global Witness: Cacique Bepdjo. 2023.
24. 'O Território,' Instituto Kabu, <https://www.kabu.org.br/o-territorio/>. 'The traditional area of occupation of the Indigenous people is between the Xingu and Tapajós rivers, going down to the right bank of the Jamaxim river, close to what is now the city of Novo Progresso, in Pará.' Mebêngôkre (Kayapó), Povos Indígenas no Brasil, [https://pib.socioambiental.org/en/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/en/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)) (accessed: August 2023).
25. 'Kayapó people fight to expel mining,' Amazonia Real, 25 May 2022, <https://amazoniareal.com.br/povokayapo/> (accessed: June 2023).
26. 'O Território,' Instituto Kabu, <https://www.kabu.org.br/o-territorio/>.
27. 'Conflitos no campo Brasil 2022,' Comissão Pastoral da Terra pp. 20-23 & 170-71, <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14302&catid=41&m=0>. (accessed: June 2023); 'Arns Commission investigates threats and unpunished murders in Pará,' Amazonia Real, 27 April 2023, <https://amazoniareal.com.br/comissao-arns-investiga-ameacas-e-assassinatos-impunes-no-para/> (accessed: June 2023); 'State of Pará leads among the most violent cities in the period of 2019 and 2021, understand the case of violence and environmental illegality,' Tapajós de Fato, 1 July 2022, <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/866/estado-do-para-lidera-entre-as-cidades-mais-violentas-no-periodo-de-2019-e-2021-entenda-o-caso-da-violencia-e-a-ilegalidade-ambiental> (accessed: June 2023).
28. Since Global Witness began reporting on environmental defenders ten years ago, Brazil has had the second highest number of killings.

REFERÊNCIAS CONTINUAM

29. 'Impacts of Gold Mining in the Amazon', Imazon, <https://imazon.org.br/impactos-da-garimpagem-de-ouro-na-amazonia-n-2/>. 'A "Wild West" in the Amazon,' Amazonia Real, 23 September 2022, <https://amazoniareal.com.br/especiais/um-velho-oeste-na-amazonia/> (accessed: June 2023).
30. 'Mining is a growing threat within Indigenous lands of the Brazilian Amazon,' MDPI, 21 August 2022, <https://www.mdpi.com/2072-4292/14/16/4092> (accessed: July 2023): Such activity jumped from 7.45 km² in 1985 to 102.16 km² in 2020, an alarming increase of 1,271%.
31. 'Mining is a growing threat within Indigenous lands of the Brazilian Amazon,' MDPI, 21 August 2022, <https://www.mdpi.com/2072-4292/14/16/4092> (accessed: July 2023).
32. 'Bolsonaro stimulated the advance of prospectors on the Yanomami; recall cases and statements', Brasil de Fato, 6 May 2022, <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/06/bolsonaro-estimulou-avanco-de-garimpeiros-sobre-os-yanomami-relembre-casos-e-declaracoes> (accessed: June 2023); 'Brazil's Amazon gold mining to be "stimulated" by Bolsonaro's decree,' Mongabay, 22 February 2022, <https://news.mongabay.com/2022/02/brazils-amazon-gold-mining-to-be-stimulated-by-bolsonaros-decree-commentary/> (accessed: June 2023); 'Amazon gold rush: illegal mining threatens Brazil's last major isolated tribe,' Reuters, 25 June 2020, <https://www.reuters.com/article/uk-brazil-indigenous-mining-insightidAFKBN23W2YK> (accessed: June 2023); 'Bolsonaro government uses AGU to defend mining on indigenous lands even without law,' Folha de Sao Paulo, 2 April 2022 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/04/governo-bolsonaro-utiliza-agu-para-defender-mineracao-em-terras-indigenas-mesmo-sem-lei.shtml> (accessed: June 2023).
33. 'In two years, Bolsonaro emptied agencies that take care of environmental, indigenous and agrarian issues,' Folha de Sao Paulo, 28 December 2020, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/12/em-dois-anos-bolsonaro-promove-desmonte-no-meio-ambiente-funai-e-reforma-agraria.shtml> (accessed: June 2023); 'Funai starts "demilitarization" after four years of Bolsonaro government', InfoAmazonia, 19 January 2023, <https://infoamazonia.org/2023/01/19/funai-inicia-desmilitarizacao-do-quadro-apos-quatro-anos-de-governo-bolsonaro/> (accessed: June 2023); 'Bolsonaro's Ibama is destroying the Amazon,' Greenpeace, 1 August 2022, <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/ibama-de-bolsonaro-esta-destruindo-a-amazonia/> (accessed: June 2023); 'Bolsonaro's decree on "artisanal mining" is an incentive to illegal mining in the Amazon, environmentalists point out,' globo.com, 14 February 2022, <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/02/14/decreto-que-estimula-mineracao-artesanal-visa-legalizar-garimpo-apontam-ambientalistas.ghtml> (accessed: June 2023); 'Lula government calls for withdrawal of processing of bill that provides for mining on indigenous lands,' Government of Brazil, 31 March 2023, <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/governo-lula-pede-retirada-de-projeto-de-lei-que-preve-mineracao-em-terras-indigenas>. 'Government project enables mineral exploration in indigenous lands,' Câmara dos Deputados, 2 February 2020, <https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabiliza-exploracao-de-minerios-em-terras-indigenas/> (accessed: June 2023).
34. Ibid.
35. Interview with Global Witness: representative from Kabu Institute. 2023.
36. 'For the Kayapó, a long battle to save their Amazon homeland', Yale School of the Environment, 29 March 2022, <https://e360.yale.edu/features/for-the-kayapo-a-long-battle-to-save-their-amazon-homeland> (accessed: June 2023); 'Kayapós, Mundurukus and Yanomamis are the hardest hit by illegal mining,' Metropoles, 26 January 2023, <https://www.metropoles.com/brasil/kayapos-mundurukus-e-yanomamis-sao-os-mais-atingidos-por-garimpo-ilegal> (accessed: June 2023); '91.6% of the Area Mined in Brazil is in the Amazon Biome,' MapBiomias, September 2022, <https://mapbiomas.org/916-da-area-garimpada-no-brasil-ficam-no-bioma-amazonia> (accessed: June 2023).
37. 'Illegal gold that undermines forests and lives in the Amazon: An overview of irregular mining and its impacts on Indigenous populations', Igarapé Institute, 8 April 2021, <https://igarape.org.br/en/illegal-gold-that-undermines-forests-and-lives-in-the-amazon-an-overview-of-irregular-mining-and-its-impacts-on-indigenous-populations/> (accessed: June 2023); 'Brazil's illegal gold rush is fueling corruption, violent crime and deforestation', Mongabay, 14 January 2022, <https://news.mongabay.com/2022/01/brazils-illegal-gold-rush-is-fueling-corruption-violent-crime-and-deforestation/> (accessed: June 2023); 'Violencia Contra os Povos Indigenas no Brasil - Dados de 2019,' Conselho Indigenista Missionario (CIMI), <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>.
38. 'Garimpo uses hundreds of illegal airstrips in the Amazon. Yanomami, Munduruku and Kayapó TI's are the most affected', Observatório da Mineração, 7 February 2023, <https://observatoriodamineracao.com.br/garimpo-usa-centenas-de-pistas-de-pouso-ilegais-na-amazonia-tis-yanomami-munduruku-e-kayapo-sao-as-mais-afetadas/> (accessed: June 2023); 'Brazil's illegal gold rush is fueling corruption, violent crime and deforestation', Mongabay, 14 January 2022, <https://news.mongabay.com/2022/01/brazils-illegal-gold-rush-is-fueling-corruption-violent-crime-anddeforestation/> (accessed: June 2023).
39. 'Amazon to Alps: Swiss gold imports from Brazil tread a legal minefield', Mongabay, 21 January 2022 <https://news.mongabay.com/2022/01/amazon-to-alps-swiss-gold-imports-from-brazil-tread-a-legal-minefield/> (accessed: June 2023).
40. 'The illegal gold from the Kayapó Indigenous land ends in Italian giant that earns R\$ 18 billion', Repórter Brasil, 10 February 2022, <https://reporterbrasil.org.br/2022/02/ouro-ilegal-da-terra-indigena-kayapo-termina-em-gigante-italianaque-fatura-18-bi-de-reais/> (accessed: June 2023).
41. 'Hyundai HCE Brasil machines are used in illegal mining in the Amazon, reveals new Greenpeace report', Greenpeace, 12 April 2023, <https://www.greenpeace.org/brasil/imprensa/maquinas-da-marca-hyundai-hce-brasil-sao-usadas-em-garimpo-ilegal-na-amazonia-revela-novo-relatorio-do-greenpeace/> (accessed: June 2023).
42. 'New York company linked to illegal gold smuggling from the Amazon', Combate Racismo Ambiental, 1 April 2023 <https://racismoambiental.net.br/2023/04/01/empresa-de-nova-york-tem-ligacao-com-contrabando-de-ouro-ilegal-da-amazonia/> (accessed: June 2023); 'Apple, Google, Microsoft and Amazon used illegal gold from Brazilian indigenous lands', Repórter Brasil, 25 July 2022, <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/exclusivo-apple-google-microsoft-e-amazon-usaram-ouro-ilegal-deterras-indigenas-brasileiras/> (accessed: June 2023).
43. 'A UK company is mining gold in the Brazilian Amazon on disputed land', Greenpeace, 18 April 2023, <https://unearthed.greenpeace.org/2023/04/18/serabi-gold-mining-brazil-amazon-disputed-land/>; <https://www.theguardian.com/environment/2023/apr/18/uk-company-mining-gold-in-amazon-on-disputed-land-brazil> (accessed: June 2023); 'British mining company extracts gold without Indigenous consent', Sumauma, 18 April 2023, <https://sumauma.com/mineradora-britanica-extrai-ouro-sem-consentimento-indigena/> (accessed: June 2023).
44. 'Kabu Institute now has four women on the board of directors', Kabu Institute, <https://www.kabu.org.br/2023/03/29/instituto-kabu-agora-tem-quatro-mulheres-na-diretoria/>.
45. Kabu Institute, <https://www.kabu.org.br/instituto-kabu/>.
46. Interview with Global Witness: Doto Tatak, president of the KABU Institute. 2023.
47. 'Mercury Observatory: Mapping gold mining impacts in the Amazon', <https://panda.maps.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=e74f4fc219b3428b8e4bce4d7295f210> (accessed: June 2023); 'For the Kayapó, a long battle to save their Amazon homeland', Yale School of the Environment, 29 March 2022, <https://e360.yale.edu/features/for-the-kayapo-a-long-battle-to-save-their-amazon-homeland> (accessed: June 2023); 'Study analyzes mercury contamination among the Munduruku indigenous people,' Fiocruz, 26 November 2020, <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-contaminacao-por-mercurio-entre-o-povo-indigena-munduruku> (accessed: June 2023).

REFERÊNCIAS CONTINUAM

48. 'Human Mercury Exposure in Yanomami Indigenous Villages from the Brazilian Amazon (ohchr.org)', International Journal of Environmental Research and Public Health, <https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-05/clinica-direitos-humanos-2.pdf>; 'Illegal gold rush causing 'irreversible damage' to rivers in the Brazilian Amazon,' Mongabay, 20 December 2019, <https://news.mongabay.com/2019/12/illegal-gold-rush-causing-irreversible-damage-to-rivers-in-the-brazilian-amazon/> (accessed: June 2023).
49. Interview with Global Witness: Doto Tatak, president of the KABU Institute. 2023; 'Chief is killed in conflict over mining area and has body set on fire in village in Pará,' globo.com, 10 May 2021, <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/10/cacique-e-morto-em-conflito-e-tem-corpo-incendiado-em-aldeia-em-cumaru-do-norte-no-para.ghtml> (accessed: June 2023); 'Kayapó people fight to expel mining,' Amazonia Real, 25 May 2022, <https://amazoniareal.com.br/povo-kayapo/> (accessed: June 2023).
50. Ibid.
51. 'Kayapó people fight to expel mining,' Amazonia Real, 25 May 2022, <https://amazoniareal.com.br/povo-kayapo/> (accessed: June 2023); 'Kayapós are said to have detained miners on indigenous land in PA; MPF sees 'serious risk of conflict,' Globo.com, 21 May 2022, <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/21/kayapos-detem-garimpeiros-invasores-dentro-da-terra-indigena-bau-no-para.ghtml> (accessed: June 2023).
52. 'Kayapó people fight to expel mining,' Amazonia Real, 25 May 2022, <https://amazoniareal.com.br/povo-kayapo/> (accessed: June 2023); 'Pista Velha had already been dismantled last year (2021).'
53. 'Kayapó people fight to expel mining,' Amazonia Real, 25 May 2022, <https://amazoniareal.com.br/povo-kayapo/> (accessed: June 2023); 'Kayapós are said to have detained miners on indigenous land in PA; MPF sees 'serious risk of conflict,' Globo.com, 21 May 2022, <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/21/kayapos-detem-garimpeiros-invasores-dentro-da-terra-indigena-bau-no-para.ghtml> (accessed: June 2023).
54. 'Kayapó people fight to expel mining,' Amazonia Real, 25 May 2022, <https://amazoniareal.com.br/povo-kayapo/> (accessed: June 2023); 'PF evaluates entering the indigenous land in which Kayapós claim to detain miners,' Correio Braziliense, 21 May 2022, <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/05/5009730-pf-avalia-entrar-na-terra-indigena-em-que-kayapos-afirmam-deter-garimpeiros.html>.
55. Interview with Global Witness: Cacique Bepdjo. 2023.
56. 'Kayapó people fight to expel mining,' Amazonia Real, 25 May 2022, <https://amazoniareal.com.br/povo-kayapo/> (accessed: June 2023); 'Federal Police is called to search for miners who invaded Indigenous land,' OLiberal.com, 22 May 2022, <https://www.oliberal.com/para/policia-federal-e-acionada-para-fazer-a-busca-de-garimpeiros-invasores-de-terras-indigenas-no-para-1.538386> (accessed: June 2023).
57. 'Guardians of the Biome visits the Baú indigenous land,' Government of Brazil, 3 October 2022, <https://www.gov.br/en/government-of-brazil/latest-news/guardians-of-the-biome-visits-the-bau-indigenous-land>; <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/integrantes-da-operacao-guardioes-do-bioma-visitam-terra-indigena-bau>; 'Video: PF destroys illegal mining in indigenous area in Pará,' DOL Carajas, 12 July 2022, <https://dol.com.br/carajas/noticias/policia/731427/video-pf-destroi-garimpos-ilegais-em-areaindigena-no-para?d=1> (accessed: July 2023).
58. Interview with Global Witness: Doto Tatak, president of the KABU Institute. 2023; 'Inside the fight against illegal mining in the Amazon,' Greenpeace, 10 April 2023, <https://www.greenpeace.org/international/story/59123/amazon-rainforest-mining-illegal/> (accessed: June 2023)
59. Interview with Global Witness: Doto Tatak Ire. 2023.
60. 'After PF operation, Indigenous people in Pará receive death threats,' Estadão Expresso, 14 September 2022, <https://expresso.estadao.com.br/naperifa/apos-operacao-da-pf-indigenas-no-para-recebem-ameacas-de-morte/> (accessed: June 2023); 'In Pará, Kabu Institute suffers from threats from miners and denounces the PF and MPF,' APIB, 14 September 2022, <https://apiboficial.org/2022/09/14/no-para-instituto-kabu-sofre-com-ameacas-de-garimpeiros-e-denuncia-a-pf-e-mpf/> (accessed: June 2023).
61. 'In Pará, Kabu Institute suffers from threats from miners and denounces the PF and MPF,' APIB, 14 September 2022, <https://apiboficial.org/2022/09/14/no-para-instituto-kabu-sofre-com-ameacas-de-garimpeiros-e-denuncia-a-pf-e-mpf/> (accessed: June 2023).
62. Interview with Global Witness: Cacique Bepdjo. 2023.
63. Ibid.
64. 'Gold used in Italian wedding rings linked to Amazon deforestation,' Mongabay, 8 March 2022, <https://news.mongabay.com/2022/03/gold-used-in-italian-wedding-rings-linked-to-amazon-deforestation/> (accessed: June 30, 2023); 'Miners' cooperative received by senator enters the sights of the PF for illegal gold exploration,' Repórter Brasil, 23 February, 2022, <https://reporterbrasil.org.br/2022/02/cooperativa-de-garimpeiros-ligada-a-senador-entra-na-mira-da-pf-por-exploracao-ilegal-de-ouro/> (accessed: June 30, 2023).
65. 'UK company mining gold in Amazon on disputed land,' The Guardian, 18 April 2023, <https://www.theguardian.com/environment/2023/apr/18/uk-company-mining-gold-in-amazon-on-disputed-land-brazil> (accessed: June 30, 2023).
66. 'Apple, Google, Microsoft and Amazon used illegal gold from Brazilian indigenous lands,' Repórter Brasil, 25 July 2022, <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/exclusivo-apple-google-microsoft-e-amazon-usaram-ouro-ilegal-de-terras-indigenas-brasileiras/> (accessed: June 2023).
67. Interview with Global Witness: Kayapó Indigenous community member. 2023.
68. 'With revenues of R\$ 1.4 billion, the largest exporter of gold from wildcat mines has its supply chain contaminated by illegal metal,' Repórter Brasil, 5 November 2021, <https://reporterbrasil.org.br/2021/11/with-revenues-of-1-point-4-billion-reais-the-largest-exporter-of-gold-from-wildcat-mines-has-its-supply-chain-contaminated-by-illegal-metal/> (accessed: June 2023); 'Brazil plans legislation to crack down on laundering of illegal gold,' Reuters, 16 February 2023, <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-plans-legislation-crack-down-laundering-illegal-gold-2023-02-16/> (accessed: June 30, 2023); 'How money laundering, livestock, and land grabbing feed corruption in the Amazon,' InfoAmazonia, 10 December 2021, <https://infoamazonia.org/en/2021/12/10/money-laundering-livestock-land-grabbing-amazon/> (accessed: June 2023).
69. 'Brazil: The Italian Chimet has been buying gold illegally extracted from Amazon indigenous land, according to the Federal Police,' Business and Human Rights Information Center, 10 February 2022, <https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/brazil-the-italian-chimet-has-been-buying-gold-illegally-extracted-from-amazon-indigenous-land-according-to-the-federal-police/> (accessed: June 2023).
70. 'Apple, Google, Microsoft and Amazon used illegal gold from Brazilian indigenous lands,' Repórter Brasil, 25 July 2022, <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/exclusivo-apple-google-microsoft-e-amazon-usaram-ouro-ilegal-de-terras-indigenas-brasileiras/> (accessed: June 2023).
71. 'UK company mining gold in Amazon on disputed land,' The Guardian, 18 April 2023, <https://www.theguardian.com/environment/2023/apr/18/uk-company-mining-gold-in-amazon-on-disputed-land-brazil> (accessed: June 2023).
72. 'UK company mining in Amazon without land agency consent,' Sumauma, 18 April 2023, <https://sumauma.com/en/mineradora-britanica-extra-ouro-sem-consentimento-indigena/> (accessed: June 2023).

REFERÊNCIAS CONTINUAM

73. 'TRF1 suspends mining license in the region of Novo Progresso for lack of prior consultation with indigenous peoples; MPF wants to ensure protection to TI Baú, in Pará, Folha do Progresso, 20 August 2022, <https://www.folhadoprogresso.com.br/trf1-suspende-licenca-a-mineradora-na-regiao-de-novo-progresso-por-falta-de-consulta-previa-a-indigena-smpf-quer-garantir-protecao-a-ti-bau-no-para/>; 'UK Company Mining in Amazon without land agency consent,' Sumauma, 18 April 2023, <https://sumauma.com/en/mineradora-britanica-extrai-ouro-sem-consentimento-indigena/> (accessed: August 2023).
74. 'UK company mining in Amazon without land agency consent,' Sumauma, 18 April 2023, <https://sumauma.com/en/mineradora-britanica-extrai-ouro-sem-consentimento-indigena/> (accessed: June 2023).
75. 'Coringa Project Update', Serabi Gold, 22 March 2023, <https://serabigold.wpenginepowered.com/wp-content/uploads/2023/03/Coringa-Update-March-2023-vfinal-WEB.pdf> (accessed: June 2023)'.
'Venezuela: The Uwottúja people demand the departure of illegal groups from their territory', Debates Indígenas, 1 April 2020, <https://debatesindigenas.org/notas/38-pueblo-uwottuja-grupos-ilegales.html> (accessed: June 2023); 'Mining is Igniting an Indigenous Conflict in the Venezuelan Amazon,' Caracas 42 Chronicles, 4 June 2021, <https://www.caracaschronicles.com/2021/06/04/mining-is-igniting-an-indigenous-conflict-in-the-venezuelan-amazon/> (accessed: June 2023); 'Venezuela's isolated Indigenous groups under siege from miners, disease and guerrillas,' Mongabay, 24 June 2019, <https://news.mongabay.com/2019/06/venezuelas-isolated-indigenous-groups-under-siege-from-miners-disease-and-guerrillas/> (accessed: June 2023).
77. 'Venezuela Indigenous leader's killing terrifies defenders of Amazon lands,' The Guardian, 7 July 2022, <https://www.theguardian.com/world/2022/jul/07/venezuela-indigenous-leader-killed-amazon-defenders> (accessed: June 2023); 'Venezuelan police investigate Indigenous leader's murder,' Reuters, 5 July 2022, <https://www.reuters.com/world/americas/venezuelan-police-investigate-indigenous-leaders-murder-2022-07-05/> (accessed: June 2023).
78. 'Indigenous leader fighting illegal mining killed in Venezuela: NGO,' globo.com, 1 July 2022, <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/07/01/lider-indigena-que-combatia-mineracao-ilegal-e-morto-na-venezuela-diz-ong.ghtml> (accessed: July 2023); 'Stop murdering those who defend life. Before the vile murder of the Uwottúja indigenous leader and defender of the Venezuelan Amazon, Virgilio Trujillo Arana,' Clasco, 2 July 2022, <https://www.clasco.org/basta-de-asesinar-a-quienes-defienden-la-vida-ante-el-vil-asesinato-del-lider-indigena-uwottuja-y-defensor-de-la-amazonia-venezolana-virgilio-trujillo-arana/> (accessed: July 2023).
79. 'Illegal mining in Venezuela: Death and devastation in the Amazonas and Orinoco regions,' Centre for Strategic and International Studies, 16 April 2020, <https://www.csis.org/analysis/illegal-mining-venezuela-death-and-devastation-amazonas-and-orinoco-regions> (accessed: July 2023); 'Venezuela Indigenous leader's killing terrifies defenders of Amazon lands,' The Guardian, 7 July 2022, <https://www.theguardian.com/world/2022/jul/07/venezuela-indigenous-leader-killed-amazon-defenders> (accessed: July 2023).
80. 'Predatory mining in Venezuela: The Orinoco Mining Arc, enclave economies and the National Mining Plan,' World Rainforest Movement, 9 March 2021, <https://www.wrm.org.uy/bulletin-articles/predatory-mining-in-venezuela-the-orinoco-mining-arc-enclave-economies-and-the-national-mining-plan> (accessed: July 2023).; 'Indigenous leader who opposed illegal mining killed in Venezuela - NGO,' Reuters, 1 July 2022, <https://www.reuters.com/world/americas/indigenous-leader-who-opposed-illegal-mining-killed-venezuela-ngo-2022-07-01/> (accessed: July 2023). 'Mining has been prohibited since 1989 in Venezuela's southern Amazonas state, which is not part of the so-called Arco Minero, a gold exploitation zone of 111,000 square km created by decree in 2016 by the government of President Nicolas Maduro covering.'
81. 'Indigenous leader who denounced illegal mining in Venezuela killed, activists say,' Carta Capital, 1 July 2022, <https://www.cartacapital.com.br/mundo/lider-indigena-que-denunciava-garimpo-ilegal-na-venezuela-e-morto-segundo-ativistas/> (accessed: July 2023); 'Dangerous Friendships: Colombian Guerrillas on the Venezuelan Border,' International Crisis Group, 28 April 2021, <https://www.crisisgroup.org/es/latin-america-caribbean/andes/rebel-playing-field-colombian-guerrillas-venezuelan-border> (accessed: July 2023).

82. 'Illegal mining in Venezuela: Death and devastation in the Amazonas and Orinoco regions,' Centre for Strategic and International Studies, 16 April 2020, <https://www.csis.org/analysis/illegal-mining-venezuela-death-and-devastation-amazonas-and-orinoco-regions> (accessed: July 2023); 'Gold Flows from Venezuela: Supporting due diligence on the production and trade of gold in Venezuela,' OECD, 2021, <https://mneguidelines.oecd.org/Gold-flows-from-Venezuela-supporting-due-diligence-on-the-production-and-trade-of-gold.pdf>.
83. 'Venezuela: new UN report details responsibilities for crimes against humanity to repress dissent and highlights situation in remotes mining areas,' OHCHR, 20 September 2022, <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/09/venezuela-new-un-report-details-responsibilities-crimes-against-humanity>.
84. 'The Orinoco Mining Arc at the Crossroads: Ecocide, human rights violations, and the urgency of addressing this socio-environmental conflict,' Tired Earth, 16 April 2023, <https://tiredearth.com/articles/the-orinoco-mining-arc-at-the-crossroads-ecocide-human-rights-violations-and-the-urgency-of-addressing-this-socio-environmental-conflict> (accessed: July 2023); 'Gold Flows from Venezuela: Supporting due diligence on the production and trade of gold in Venezuela,' OECD, 2021, <https://mneguidelines.oecd.org/Gold-flows-from-Venezuela-supporting-due-diligence-on-the-production-and-trade-of-gold.pdf>.
85. 'Stop murdering those who defend life. Before the vile murder of the Uwottúja indigenous leader and defender of the Venezuelan Amazon, Virgilio Trujillo Arana,' Clasco, 2 July 2022, <https://www.clasco.org/basta-de-asesinar-a-quienes-defienden-la-vida-ante-el-vil-asesinato-del-lider-indigena-uwottuja-y-defensor-de-la-amazonia-venezolana-virgilio-trujillo-arana/> (accessed: July 2023).
86. 'Decade of Defiance,' Global Witness, September 2022, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/decade-defiance/>.
87. 'Indigenous leader who denounced illegal mining in Venezuela killed, activists say,' Carta Capital, 1 July 2022, <https://www.cartacapital.com.br/mundo/lider-indigena-que-denunciava-garimpo-ilegal-na-venezuela-e-morto-segundo-ativistas/> (accessed: July 2023).
88. 'Kapé Kapé visita comunidad indígena,' Capital, 1 December 2022, <https://capitalsomostodos.com/kape-kape-visita-comunidad-indigena/> (accessed: July 2023).
89. 'Assassination of an indigenous leader who denounced the blood gold of Chavismo and its alliance with Colombian guerrillas,' El Mundo, 2 July 2022, <https://www.elmundo.es/internacional/2022/07/02/62c06a7ae4d4d874018b45d4.html> (accessed: July 2023); 'Venezuela Indigenous leader's killing terrifies defenders of Amazon lands,' Guardian, 7 July 2022, <https://www.theguardian.com/world/2022/jul/07/venezuela-indigenous-leader-killed-amazon-defenders> (accessed: July 2023).
90. MAAP #155: Hotspots de Deforestación en la Amazonía Venezolana, MAAP Project, June 14, 2022, <https://maaproject.org/2022/deforestacion-venezuela> (accessed: July 2023).
91. 'Venezuela Indigenous leader's killing terrifies defenders of Amazon lands,' The Guardian, 7 July 2022, <https://www.theguardian.com/world/2022/jul/07/venezuela-indigenous-leader-killed-amazon-defenders> (accessed: July 2023); 'Murders of Bruno Pereira, Dom Phillips spotlight Amazon deforestation ahead of Brazil election,' Branch Out Now, 16 July 2022, <https://branchoutnow.org/murders-of-bruno-pereira-dom-phillips-spotlight-amazon-deforestation-brazil-election/> (accessed: July 2023).
92. 'Informing and organizing to defend Kakataibo lands in Peru,' Cultural Survival, 19 December 2022, <https://www.culturalsurvival.org/news/informing-and-organizing-defend-kakataibo-lands-peru> (accessed: July 2023).
93. 'Shipibo communities create Indigenous guard to protect Peruvian Amazon from deforestation,' Mongabay, 30 May 2023, <https://news.mongabay.com/2023/05/shipibo-communities-create-indigenous-guard-to-protect-peruvian-amazon-from-deforestation/> (accessed: August 2023); 'Drug trafficking threatens Indigenous Shipibo communities in Peru,' Mongabay, 3 September 2021, <https://news.mongabay.com/2021/09/drug-trafficking-threatens-indigenous-shipibo-communities-in-peru/> (accessed: August 2023).

REFERÊNCIAS CONTINUAM

94. 'Paoyhan, el pueblo shipibo-konibo que intenta frenar la deforestación', Convoca, 30 January 2023, <https://convoca.pe/investigacion/paoyhan-el-pueblo-shipibo-konibo-que-intenta-frenar-la-deforestacion> (accessed: July 2023).
95. 'Peru's coca leaf cultivation reaches record high in 2022', Al Jazeera, 27 June 2023. <https://www.aljazeera.com/news/2023/6/27/perus-coca-leaf-cultivation-reaches-record-high-in-2022> (Accessed: July 2023).
96. 'Death threats against environmental human rights defenders Miguel Guimaraes and other Indigenous leaders in Ucayali', Front Line Defenders, 22 October 2022. <https://www.frontlinedefenders.org/en/case/death-threats-against-environmental-human-rights-defender-miguel-guimaraes-and-other-indigenous> (Accessed: July 2023).
97. Interview with Global Witness: Indigenous community member. 2023.
98. Colombia, Brazil, Mexico and, in Asia, the Philippines are always up there in the top rank.
99. 'Unfinished Stories', Somos Defensores. <https://historias-inconclusas.verdadabierta.com/> (accessed: April 2023).
100. 'In Mexico there is 90% impunity in attacks against activists and journalists: Segob', Infobae, 27 January 2022, <https://www.infobae.com/america/mexico/2022/01/27/en-mexico-hay-90-de-impunidad-en-las-agresiones-contra-activistas-y-periodistas-segob/> (accessed: May 2023).
101. 'Francia Márquez, Colombia's first Afro vice president', Los Angeles Times, 20 June 2022, <https://www.latimes.com/espanol/internacional/articulo/2022-06-20/francia-marquez-la-primera-vicepresidenta-afro-de-colombia> (accessed: July 2023).
102. 'Colombia, world power of life', Government Programme, 2022-2026. P.15. <https://gustavopetro.co/programa-de-gobierno/temas/> (accessed: May 2023).
103. For more information about the situation of defenders in Colombia, see: Somos Defensores: Al filo de la oscuridad. <https://somosdefensores.org/wp-content/uploads/2022/12/informe-AL-FILO-DE-LA-OSCURIDAD.pdf> (accessed: April 2023).
104. 'President Gustavo Petro sanctions the law approving the Escazú Agreement', Government of Colombia, 5 November 2022, <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/La-Ley-de-Escazu-sancionada-por-el-Presidente-Petro-garantizara-acceso-221105.aspx>.
105. 'The Escazú Agreement: A landmark regional treaty for environmental defenders', Universal Rights Group, 10 February 2021, <https://www.universal-rights.org/contemporary-and-emerging-human-rights-issues/the-escazu-agreement-a-landmark-regional-treaty-for-environmental-defenders/>.
106. "'We are fighting": Brazil's Indigenous groups unite to protect their land', Guardian, 4 Mar. 2019, <https://www.theguardian.com/world/2019/mar/04/we-are-fighting-brazils-indigenous-groups-unite-to-protect-their-land> (accessed: July 2023).
107. 'Attacks against Indigenous triples under Jair Bolsonaro', Organized Crime and Corruption Reporting Project, 31 August 2022 <https://www.occrp.org/en/daily/16717-report-attacks-against-indigenous-triples-under-jair-bolsonaro> (accessed: July 2023).
108. 'Bolsonaro should be charged with crimes against humanity, Covid inquiry finds', The Guardian, 20 October 2021, <https://www.theguardian.com/world/2021/oct/20/jair-bolsonaro-crimes-against-humanity-inquiry> (accessed: July 2023).
109. 'Bolsonaro cuts R\$ 35 million from the Ministry of the Environment's 2022 Budget', Smoke Signal, 25 January 2022, <https://www.sinaldefumaca.com/en/2022/01/25/bolsonaro-cuts-r-35-million-from-the-ministry-of-the-environments-2022-budget/> (accessed: May 2023).
110. 'Brazil records worst day for Amazon fires in 15 years', France 24, 25 August 2022, <https://www.france24.com/en/live-news/20220825-brazil-records-worst-day-for-amazon-fires-in-15-years?ref=tw>. (accessed: May 2023).
111. 'Indigenous rights activist killed in northern Mexico', AP, 12 March 2022, <https://apnews.com/article/caribbean-mexico-environmental-activism-environment-environment-79411dea1ea37b4ac06b5e71232e46b> (accessed: July 1, 2023); 'Activist José Baldenegro, a defender of the forest, is murdered in Chihuahua', Yucatan Times, 13 March 2022, <https://www.theyucatanimes.com/2022/03/activist-jose-baldenegro-a-defender-of-the-forest-is-murdered-in-chihuahua/> (accessed: July 2023).
112. Plan de Gobierno para Refundar Honduras 2022-2026. https://observatorioplanificacion.cepal.org/sites/default/files/plan/files/PLAN-DE-GOBIERNO-XIOMARA-CASTRO_0.pdf. First paragraph of p9: 'Implement an integral public policy for the protection of human rights defenders.' (accessed: April 2023).
113. For more on the situation of defenders in Honduras, see: ACI-Participa: Honduras. Defensoras y defensores en riesgo y sin protección. Informe situacional de Derechos Humanos 2022, <https://aciparticipa.org/informe-anual-2022/> (accessed: May 2023).
114. 'Recognizing Indigenous peoples' land interests is critical for people and nature', WWF, 22 October 2020, <https://www.worldwildlife.org/stories/recognizing-indigenous-peoples-land-interests-is-critical-for-people-and-nature> (accessed: July 2023); 'Indigenous-Led Conservation in the Amazon: A Win-Win-Win Solution', Amazon Frontlines, February 2019, <https://amazonfrontlines.org/chronicles/indigenous-conservation-amazon/> (accessed: July 2023).
115. UN Treaty Collection, Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean (Escazu Agreement), Ratification Status (accessed: July 2023), https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtmsg_no=XXVII-18&chapter=27&clang=en.
116. 'CIVICUS Monitor', CIVICUS, <https://monitor.civicus.org/> (accessed: May 2023).
117. 'Land and environmental defenders: annual report archive', Global Witness, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/land-and-environmental-defenders-annual-report-archive/> (accessed: May 2023).
118. 'Decade of Defiance', Global Witness, 29 September 2022, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/decade-defiance/>.
119. 'Marcos vows to protect environment, enforce mining law', Manila Bulletin, 19 February 2023, <https://mb.com.ph/2023/02/19/marcos-vows-to-protect-environment-enforce-mining-law/> (accessed: May 2023).
120. "'Complete turnaround": Philippines' Duterte lifts mining ban on new mining permits', Mongabay, 15 April 2021, <https://news.mongabay.com/2021/04/complete-turnaround-philippines-duterte-lifts-ban-on-new-mining-permits/> (accessed: May 2023).
121. 'Philippines: End Deadly 'Red-Tagging' of Activists', Human Rights Watch, 17 January 2022, <https://www.hrw.org/news/2022/01/17/philippines-end-deadly-red-tagging-activists> (accessed: May 2023); 'Red-Tagging in the Philippines: A License to Kill', Human Rights Foundation, 10 April 2023, <https://hrf.org/red-tagging-in-the-philippines-a-license-to-kill/> (accessed: July 2023); 'Deadly 'Red-Tagging' Campaign Ramps Up in Philippines', VOA News, 18 February 2021, https://www.voanews.com/a/east-asia-pacific_deadly-red-tagging-campaign-ramps-philippines/6202221.html (accessed: May 2023).
122. Philippines House of Representatives, Committee Daily Bulletin Vol. I No. 89, 18 February 2023, <https://hrep.website.s3.ap-southeast-1.amazonaws.com/legisdocs/cdb/cdb19-v1i89-20230228.pdf>.
123. 'Human rights defenders' bill threat to PH democracy: NTF-ELCAC', Philippines News Agency, <https://www.pna.gov.ph/articles/1197215> (accessed: May 2023).
124. 'Mineral requirements for clean energy transitions', International Energy Agency, May 2021, <https://www.iea.org/reports/the-role-of-critical-minerals-in-clean-energy-transitions/mineral-requirements-for-clean-energy-transitions> (accessed: May 2023); 'Advancing metals and mining in Southeast Asia with digital and analytics', McKinsey and Company, 1 March 2023, <https://www.mckinsey.com/industries/metals-and-mining/our-insights/advancing-metals-and-mining-in-southeast-asia-with-digital-and-analytics> (accessed: May 2023).

REFERÊNCIAS CONTINUAM

125. 'Energy transition minerals: what are they and where will they come from?' Economics Observatory, 9 November 2022, <https://www.economicsobservatory.com/energy-transition-minerals-what-are-they-and-where-will-they-come-from> (accessed: May 2023); 'The future battlefields: Rare earth elements', Forbes, 26 January 2023 <https://www.forbes.com/sites/arielcohen/2023/01/26/the-future-battlefields-rare-earth-elements/> (accessed: May 2023); 'Rare earth elements supply chains, part 1: An update on global production and trade', Executive Briefing on Trade, United States International Trade Commission, December 2020, https://usitc.gov/publications/332/rare_earth_elements_supply_chains_part_1_update.htm (accessed: May 2023); 'China dominates the rare earths market. This U.S. mine is trying to change that', Politico, 14 December 2022, <https://www.politico.com/news/magazine/2022/12/14/rare-earth-mines-00071102> (accessed: 23 May 2022); 'Race is on for Indonesia's untapped rare earths', Asia Times, 9 September 2020, <https://asiatimes.com/2020/09/race-is-on-for-indonesias-untapped-rare-earth/> (accessed: 23 May 2023); 'Supporting critical mineral supply chains', Philippines Resources, 7 March 2023, <https://www.philippine-resources.com/articles/2023/3/supporting-critical-mineral-supply-chains> (accessed: May 2023); 'Vietnam boosts rare earths output by tenfold - data', Reuters, 8 May 2023, <https://www.reuters.com/business/sustainable-business/vietnam-boosts-rare-earths-output-by-tenfold-data-2023-05-05/> (accessed: August 2023).

126. 'Myanmar's poisoned mountains,' Global Witness, 9 August 2022, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/natural-resource-governance/myanmars-poisoned-mountains/>.

127. 'Advancing metals and mining in Southeast Asia with digital and analytics', McKinsey and Company, 1 March 2023, <https://www.mckinsey.com/industries/metals-and-mining/our-insights/advancing-metals-and-mining-in-southeast-asia-with-digital-and-analytics> (accessed: May 2023); 'Southeast Asia a Key Link in Renewable Energy Supply Chain Resilience', Fulcrum, 21 September 2022, <https://fulcrum.sg/southeast-asia-a-key-link-in-renewable-energy-supply-chain-resilience/> (accessed: July 2023); 'Southeast Asia Hopes to Become the World's Next EV Hub', The Diplomat, 5 September 2022, <https://thediplomat.com/2022/09/southeast-asia-hopes-to-become-the-worlds-next-ev-hub/> (accessed: July 2023).

128. 'How colonialism shaped free trade agreements: the birth of modern international trade (part 1/3)', Bilaterals.org, 22 May 2023, <https://www.bilaterals.org/?how-colonialism-shaped-free-trade> (accessed: May 2023); 'Critical minerals: rethinking extractivism?', Australian Geographer, 17 May 2023, <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00049182.2023.2210733?> (accessed: July 2023); 'Earth Day: Colonialism's role in the overexploitation of natural resources', The Conversation, 18 April 2019, <https://theconversation.com/earth-day-colonialisms-role-in-the-over-exploitation-of-natural-resources-113995> (accessed: July 2023).

129. Virunga National Park, About Us, <https://virunga.org/about/> (accessed: May 2023); UNESCO World Heritage Convention, Virunga National Park, <https://whc.unesco.org/en/list/63> (accessed: July 2023)

130. Virunga National Park, Virunga Rangers, <https://virunga.org/alliance/virunga-rangers/> (accessed: May 2023).

131. 'Securing the Firewall and Connecting the Unconnected: Frontline Defenders Across West Africa (Final Baseline Report)', Green Advocates International (GAI) & Manu River Union Civil Society Natural Resources Rights and Governance Platform (MRU-CSO Platform), June 2021, <https://mruplatform.org/wp-content/uploads/2022/06/securing-the-firewall-and-connecting-the-unconnected.pdf> (accessed: July 2023).

132. Interview with Global Witness: Rodne Galicha, Living Laudato Si. 2023.

133. 'Sibuyan Island residents put up barricade vs company's "illegal" mining activities', CNN, 29 January 2023, <https://www.cnnphilippines.com/news/2023/1/29/Sibuyan-Island-residents-put-up-barricade-vs-company-s-illegal-mining-activities.html> (accessed: May 2023). 'Sibuyan folk fear nickel mining will destroy "Galapagos of Asia"', Philstar, 30 January 2023, <https://www.philstar.com/headlines/climate-and-environment/2023/01/30/2241320/sibuyan-folk-fearnickel-mining-will-destroy-galapagos-asia> (accessed: 23 May 2023); 'Probe of Sibuyan mining sought', Business World, 6 February 2023, <https://www.bworldonline.com/the-nation/2023/02/06/503301/probe-of-sibuyan-mining-sought/> (accessed: May 2023).

134. 'Sibuyan folk fear nickel mining will destroy "Galapagos of Asia"', Philstar, 30 January 2023, <https://www.philstar.com/headlines/climate-and-environment/2023/01/30/2241320/sibuyan-folk-fearnickel-mining-will-destroy-galapagos-asia> (accessed: May 2023).

135. Interview with Global Witness: Rodne Galicha, Living Laudato Si. 2023. 'Sibuyan Island residents put up barricade vs company's "illegal" mining activities', CNN, 29 January 2023, <https://www.cnnphilippines.com/news/2023/1/29/Sibuyan-Island-residents-put-up-barricade-vs-companys-illegal-mining-activities.html> (accessed: May 2023); 'Timeline: Sibuyan Island's decades of opposition to mining', Rappler, 3 February 2023, <https://www.cnnphilippines.com/news/2023/1/29/Sibuyan-Island-residents-put-up-barricade-vs-company-s-illegal-mining-activities.html> (accessed: May 2023).

136. 'Timeline: Sibuyan Island's decades of opposition to mining', Rappler, 3 February 2023, <https://www.rappler.com/nation/luzon/timeline-mining-opposition-sibuyan-island-romblon/> (accessed: May 2023); 'Sibuyan folk join forces, form human wall to halt mining work', Inquirer.net, 1 February 2023, <https://newsinfo.inquirer.net/1723953/sibuyan-residents-slam-mining-ops-set-up-human-barricade> (accessed: July 3, 2023); Republic of the Philippines: Statement of the Commission on Human Rights on the alleged environmental violations of a mining company in Sibuyan Island, Romblon, 15 February 2023, <https://chr.gov.ph/statement-of-the-commission-on-human-rights-on-the-alleged-environmental-violations-of-a-mining-company-in-sibuyan-island-romblon/>.

137. Interview with Global Witness: Rodne Galicha, Living Laudato Si. 2023.

138. Interview with Global Witness: Charles Rocil, Nature Ambassador of Sibuyan Island. 2023.

139. 'Police break up barricade of Sibuyan residents resisting mining ops', Philstar, 3 February 2023, <https://www.philstar.com/headlines/climate-and-environment/2023/02/03/2242311/police-break-barricade-sibuyan-residents-resisting-mining-ops> (accessed: May 2023).

140. Interview with Global Witness: Charles Rocil, Nature Ambassador of Sibuyan Island. 2023.

141. Interview with Global Witness: Rodne Galicha, Living Laudato Si. 2023.

142. Interview with Global Witness: Rodne Galicha, Living Laudato Si. 2023.

143. Interview with Global Witness: Elizabeth Ibañez, Coordinator of Sibuyan Against Mining. 2023.

144. 'Reprieve for Sibuyan Island residents as mining ops ordered to stop', Inquirer.net, 4 February 2023, <https://newsinfo.inquirer.net/1725370/reprieve-for-sibuyan-island-residents-as-mining-ops-ordered-tostop#ixzz7sdfkvDKo> (accessed: July 2023); 'Suspension of Altai mining ops in Sibuyan welcomed, but "fight far from over"', Rappler, 6 February 2023, <https://www.rappler.com/nation/denr-temporary-suspension-mining-operations-sibuyan-island-residents/> (accessed: 23 May 2023); Republic of the Philippines: Statement of the Commission on Human Rights on the alleged environmental violations of a mining company in Sibuyan Island, Romblon, 15 February 2023, <https://chr.gov.ph/statement-of-the-commission-on-human-rights-on-the-alleged-environmental-violations-of-a-mining-company-in-sibuyan-island-romblon/>.

145. Ibid

146. Ibid

147. 'Supreme Court issues writ of Kalikasan vs DENR, MGB, mining firm in Sibuyan', Inquirer, <https://newsinfo.inquirer.net/1796832/supreme-court-issues-writ-of-kalikasan-against-denr-mgb-mining-firm-in-sibuyan-island> (accessed: July 2023).

148. Interview with Global Witness: Elizabeth Ibañez, Coordinator of Sibuyan Against Mining. 2023.

149. Ibid

REFERÊNCIAS CONTINUAM

150. 'Rich Nations Owe \$192 Trillion for Causing Climate Change, New Analysis Finds,' Scientific America, 6 June 2023, <https://www.scientificamerican.com/article/rich-nations-owe-192-trillion-for-causing-climate-change-new-analysis-finds/> (accessed: July 2023). '3 charts that show countries and sectors with the highest greenhouse gas emissions,' World Resources Institute, 22 December 2020, <https://www.weforum.org/agenda/2020/12/climate-change-greenhouse-gas-emissions-environment-paris-agreement/> (accessed: July 2023). 'Carbon Cost: The world's fight for "climate justice," BBC, <https://www.bbc.com/future/article/20211103-the-countries-calling-for-climate-justice> (accessed: July 2023).

151. 'Reasons to be hopeful: Four great, green trends to watch in 2023,' Environmental Defense Fund, 24 January 2023, <https://www.edf.org/article/reasons-be-hopeful-four-great-green-trends-watch-2023> (accessed: May 2023); 'What is Just Energy Transition Partnerships?', Green Network, 2 March 2023, <https://greennetwork.asia/news/what-is-just-energy-transition-partnerships/> (accessed: May 2023); 'United States Supports the Launch of the Just Energy Transition Partnership (JETP) in Indonesia,' US Embassy and Consulates in Indonesia, 18 November 2022, <https://id.usembassy.gov/united-states-supports-the-launch-of-the-just-energy-transition-partnership-jetp-in-indonesia/> (accessed: May 2022); 'G7 nations to provide Vietnam with \$15.5 bln to cut coal use,' Reuters, 14 December 2022, <https://www.reuters.com/business/energy/g7-vietnam-reach-155-bln-climate-deal-cut-coal-use-sources-2022-12-14/> (accessed: May 2022); 'U.S. Departments of the Treasury and State, and South African President Cyril Ramaphosa Announce Endorsement of the South Africa Just Energy Transition Partnership Investment Plan,' US Treasury Department, 7 November 2022, <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy1085> (accessed: May 2023).

152. 'Reasons to be hopeful: Four great, green trends to watch in 2023,' Environmental Defense Fund, 24 January 2023, <https://www.edf.org/article/reasons-be-hopeful-four-great-green-trends-watch-2023> (accessed: May 2023).

153. 'Senegal signs up financing from UK, others for just energy transition,' Energy Voice, 23 June 2023, <https://www.energyvoice.com/renewables-energy-transition/510880/senegal-signs-financing-european-just-energy-transition/> (accessed: July 2023).

154. 'Viet Nam - Detention of environmental human rights defender Hoang Thi Ming Hong,' OHCHR, <https://www.ohchr.org/en/press-briefing-notes/2023/06/viet-nam-detention-environmental-human-rights-defender-hoang-thi-minh>; 'Vietnam faces criticism for arresting climate activist as it closes clean energy deal,' NPR, 3 June 2023, <https://www.npr.org/2023/06/03/1179728649/hoang-thi-minh-hong-arrest-vietnam-climate-deal> (accessed: June 2023).

155. 'Early release for imprisoned climate activist as Vietnam aims for net zero goals,' Mongabay, 24 May 2023, <https://news.mongabay.com/2023/05/early-release-for-imprisoned-climate-activist-as-vietnam-aims-for-net-zero-goals/> (accessed: May 2023).

156. 'Early release for imprisoned climate activist as Vietnam aims for net zero goals,' Mongabay, 24 May 2023, <https://news.mongabay.com/2023/05/early-release-for-imprisoned-climate-activist-as-vietnam-aims-for-net-zero-goals/> (accessed: May 2023). 'Activists launch unprecedented mass hunger strike over arrest of Vietnam climate advocate,' Independent, 24 May 2022, <https://www.independent.co.uk/asia/southeast-asia/vietnam-coal-energy-dang-dinh-bachb2344734.html> (accessed: May 2023).

157. 'International groups call for release of Vietnamese anti-coal campaigner,' Radio Free Asia, 24 January 2023, <https://www.rfa.org/english/news/vietnam/dang-dinh-bach-01242023232929.html> (accessed: May 2023); 'Activists launch unprecedented mass hunger strike over arrest of Vietnam climate advocate,' Independent, 24 May 2022, <https://www.independent.co.uk/asia/southeast-asia/vietnam-coal-energy-dangdinh-bach-b2344734.html> (accessed: May 2023); 'Report: Weaponizing the Law to Prosecute the Vietnam Four,' The 88 Project, 21 April 2023, <https://the88project.org/weaponizing-the-law-to-prosecute-the-vietnam-four/> (accessed: May 2023).

158. Organizational Sign-On Letter Calling for the Release of Dang Dinh Bach and Support of Civil Society in Vietnam's Just Energy Transition, 24 May 2023, <https://www.inclusivedevelopment.net/environmental-defenders/organizational-sign-on-letter-calling-for-the-release-of-dang-dinh-bach-and-support-of-civil-society-in-vietnam-just-energy-transition/>; Stand With Bach: Call to Action, <https://www.standwithbach.org/> (accessed: July 2023); 'Activists launch unprecedented mass hunger strike over arrest of Vietnam climate advocate,' Independent, 24 May 2022, <https://www.independent.co.uk/asia/southeast-asia/vietnam-coal-energy-dang-dinh-bach-b2344734.html> (accessed: May 2023).

159. U.S. Embassy & Consulate in Vietnam: International agreement to support Vietnam's ambitious climate and energy goals, 14 December 2022, <https://vn.usembassy.gov/international-agreement-to-support-vietnams-ambitious-climate-and-energy-goals/> (accessed: July 2023); UK Government: Political declaration on establishing the Just Energy Transition Partnership with Viet Nam, 14 December 2022, <https://www.gov.uk/government/publications/vietnams-just-energy-transition-partnership-political-declaration/political-declaration-on-establishing-the-just-energy-transition-partnership-with-viet-nam> (accessed: July 3, 2023); 'Activists launch unprecedented mass hunger strike over arrest of Vietnam climate advocate,' Independent, 24 May 2022, <https://www.independent.co.uk/asia/southeast-asia/vietnam-coal-energy-dang-dinh-bach-b2344734.html> (accessed: May 2023).

160. 'Vietnam's human rights record is being scrutinized ahead of \$15 billion climate deal,' NPR, 26 May 2023, <https://www.gpb.org/news/2023/05/26/vietnams-human-rights-record-being-scrutinized-ahead-of-15-billion-climate-deal> (accessed: July 2023); 'Vietnam's Clean Energy Transition Must Include Civil Society Freedom,' Common Dreams, 13 December 2022, <https://www.commondreams.org/views/2022/12/13/vietnams-clean-energy-transition-must-include-civil-society-freedom> (accessed: July 2023).

161. Front Line Defenders, Global Analysis 2022, p10, https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/1535_fld_ga23_web.pdf (accessed: May 2023).

162. 'The land mess behind the murder of Teófilo Acuña and Jorge Tafur,' Hacemos Memoria, 8 March 2022, <https://hacemosmemoria.org/2022/03/08/el-lío-de-tierras-detras-del-asesinato-de-teofilo-acuna-y-jorge-tafur/> (accessed: May 2023); 'Who were Teófilo Acuña and Jorge Tafur?, social leaders murdered in Cesar,' El Espectador, 23 February 2022, <https://www.elespectador.com/colombia/mas-regiones/quienes-eran-teofilo-acuna-y-jorge-tafur-lideres-sociales-asesinados-en-cesar/> (accessed: July 2023); 'Denunciation of the assassination of social leaders Teófilo Acuña y Jorge Tafur,' El Tiempo, 23 February 2022, <https://www.eltiempo.com/justicia/conflicto-y-narcotrafico/denuncian-asesinato-de-los-lideres-sociales-teofilo-acuna-y-jorge-tafur-653629> (accessed: July, 2023).

163. 'Colombia: President of the Agromining Federation of Sur de Bolívar Fedegromisbol arrested,' La Via Campesina, 1 May 2007 <https://viacampesina.org/es/colombia-detenido-presidente-de-la-federacigrominera-de-sur-de-bolivar-fedegromisbol/> (accessed: May 2023); Colombia: Arbitrary detention against peasant human rights defender 'HRD Teófilo Acuña,' Frontline Defenders, 17 December 2022, https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/colombia_-_ua_-_teofilo_acuna_-_17_dec_2020_eng.pdf (accessed: May 2023).

164. 'Attorney General's Office Acquits Agromining leader Teofilo Acuña Ribon,' Nomadesc, 22 February 2011, <https://nomadesc.com/fiscalia-general-de-la-nacion-absuelve-al-lider-agrominero-teofilo-acuna-ribon/>; Colombia: Arbitrary detention against peasant human rights defender 'HRD Teófilo Acuña,' Frontline Defenders, 17 December 2022, https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/colombia_-_ua_-_teofilo_acuna_-_17_dec_2020_eng.pdf (accessed: May 2023).

165. 'Colombia: Arbitrary detention against peasant human rights defender Teófilo Acuña,' Frontline Defenders, 17 December 2022, https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/colombia_-_ua_-_teofilo_acuna_-_17_dec_2020_eng.pdf; 'Colombian social organizations hail release of peasant leaders, condemn "frame-up," People's Dispatch, 23 December 2020, <https://peoplesdispatch.org/2020/12/23/colombian-social-organizations-hail-release-of-peasant-leaders-condemn-frame-up/> (accessed: July 3, 2023).

REFERÊNCIAS CONTINUAM

166. 'UP cum laude answers call to teach Lumad students', Rappler, 9 August 2017, <https://www.rappler.com/moveph/178032-up-graduate-answers-teach-lumad-students/> (accessed: May 2023).
167. 'Raid of USC and detention of Lumad children and teachers deeply alarming', Amnesty International, 17 February 2021, <https://www.amnesty.org.ph/2021/02/raid-of-usc-and-detention-of-lumad-children-and-teachers-deeply-alarming/> (accessed: May 2023); '7 teachers, Lumads arrested in Cebu bakwit school raid finally released', Rappler, 14 May 2021, <https://www.rappler.com/nation/teachers-lumads-cebu-evacuees-school-raid-finally-released-may-14-2021/> (accessed: July 2023).
168. 'Bakwit School 7 cleared of charges, released', SunStar, 14 May 2021, <https://www.sunstar.com.ph/article/1894705/cebu/local-news/bakwit-school-7-cleared-of-charges-released> (accessed: July 3, 2023); 'Red-tagging victims: 7 freed after 2-month detention for helping lumad kids', Inquirer.net, 14 May 2021, <https://newsinfo.inquirer.net/1431957/red-tagging-victims-7-freed-after-2-month-detention-for-helping-lumad-kids> (accessed: July 2023).
169. 'Justice to the Victims of the New Bataan 5 Massacre', International Coalition for Human Rights in the Philippines, 16 March 2022, <https://ichrp.net/justice-to-the-victims-of-the-new-bataan-5-massacre/> (accessed: May 2023); 'Groups condemn killing of Lumad school teacher Chad Booc, demand justice', ABS-CBN News, 27 February 2022, <https://news.abs-cbn.com/news/02/27/22/groups-condemn-killing-of-lumad-school-teacher-chad-booc> (accessed: July 3, 2023). 'Lumad teacher Chad Booc killed by state forces', UPLB Perspective, 25 February 2022, <https://uplbperspective.org/2022/02/25/lumad-teacher-chad-booc-killed-by-state-forces/> (accessed: July 2023).
170. 'In Latin America, the law is "a tool to silence" environmental defenders', Mongabay, 14 December 2021, <https://news.mongabay.com/2021/12/in-latin-america-the-law-is-a-tool-to-silence-environmental-defenders/> (accessed: July 3, 2023). Beyond Latin America, see for example: Rights and Resources Initiative, International Land Coalition and Open Society Initiative for Eastern Africa: Paying the Price: a study on criminalization of land and environmental rights defenders in East Africa, https://d3o3cb4w253x5q.cloudfront.net/media/documents/ILC_RRI_PayingthePrice_Report.pdf (accessed: May 2023)/
171. Proposal for a Directive on corporate sustainability due diligence and annex', European Commission, 23 February 2022 https://commission.europa.eu/publications/proposal-directive-corporate-sustainability-due-diligence-and-annex_en (accessed: May 2023).
172. 'Can the EU hold companies to account', Global Witness, 4 April 2022, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/holding-corporates-account/can-eu-hold-companies-account/> (accessed: May 2023).
173. 'Decade of Defiance', Global Witness, September 2022, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/decade-defiance/> (accessed: May 2023).
174. 'Corporate Sustainability Due Diligence', European Parliament, 1 June 2023, https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2023-0209_EN.html (accessed: June 2023).
175. 'Runaway Risk: Dutch companies will profit from a new Philippines airport project being built at a high cost to communities and the environment' Global Witness, 2 February 2023, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/holding-corporates-account/runaway-risk/> (accessed: May 2023); 'Remembering Berta Cáceres: Seven years on, the fight for justice continues', Global Witness, 2 March 2023, <https://www.globalwitness.org/en/blog/remembering-bertha-c%C3%A1ceres-seven-years-on-the-fight-for-justice-continues/> (accessed: May 2023).
176. 'IPCC Sixth Assessment Report: Impacts, Adaption and Vulnerability. Summary For Policymakers', Intergovernmental Panel On Climate Change, February 2022, <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/> (accessed: May 2023).
177. 'Europeans want a law to hold companies accountable on climate', Global Witness, 14 May 2023, <https://www.globalwitness.org/en/blog/europeans-want-law-hold-companies-accountable-climate/> (accessed: July 2023).
178. 'Corporate Climate Responsibility Monitor 2022', New Climate Institute, 7 February 2022 <https://newclimate.org/resources/publications/corporate-climate-responsibility-monitor-2022> (accessed: May 2023); 'Corporate Climate Responsibility Monitor 2023', New Climate Institute, 13 February 2023 <https://newclimate.org/resources/publications/corporate-climate-responsibility-monitor-2023> (accessed: May 2023); The Paris Agreement, United Nations Framework Convention on Climate Change, https://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf (accessed: May 2023).
179. Proposal for a Directive on corporate sustainability due diligence and annex', European Commission, 23 February 2022 https://commission.europa.eu/publications/proposal-directive-corporate-sustainability-due-diligence-and-annex_en (accessed May 2023).
180. First meeting of the Conference of the Parties to the Escazú Agreement <https://acuerdodeescazu.cepal.org/cop1/en> (accessed: June 2022).
181. Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean (Escazú Agreement), adopted 4 March 2018, <https://www.cepal.org/en/escazuagreement>; Dialogo Chino, "Escazú at 2: Major challenges for landmark environmental treaty" <https://dialogochino.net/en/climate-energy/364765-escazu-at-2-the-key-challenges-for-the-landmark-environmental-treaty/> (accessed: June 2023).
182. Decisions Adopted, First meeting of the Conference of the Parties to the Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean, <https://acuerdodeescazu.cepal.org/cop1/en/documents/decisions-adopted>.
183. United Nations Economic Commission for Europe (UNECE), 'World's first Special Rapporteur on environmental defenders elected under the Aarhus Convention', <https://unece.org/environment/press/worlds-first-special-rapporteur-environmental-defenders-elected-under-aarhus> (accessed: July 2023); Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-Making and Access to Justice in Environmental Matters (Aarhus Convention), adopted 25 June 1998, <https://unece.org/environment-policy/public-participation/aarhus-convention/introduction>.
184. UN General Assembly, Resolution 76/300 on the human right to a clean, healthy and sustainable environment, adopted 28 July 2022, <https://undocs.org/en/A/RES/76/300>.
185. 'Nestle to stop sourcing from Indonesian palm oil producer AAL', Reuters, 30 September 2022, <https://www.reuters.com/business/sustainable-business/nestle-stop-sourcing-indonesian-palm-oil-producer-aal-2022-09-30/> (accessed: July 2023).
186. International Federation For Human Rights, 'Astra Agro Lestari in Indonesia: Procter & Gamble, Nestlé, Hershey's and Colgate-Palmolive suspend business amidst human rights abuses', International Federation for Human Rights, 7 October 2022, <https://www.fidh.org/en/issues/business-human-rights-environment/astra-agro-lestari-in-indonesia-procter-gamble-nestle-hershey-s-and> (accessed: June 2023).
187. Global Witness, 'Violence, torture and threats continue, allege land and environmental defenders in Amazonian Brazil palm oil region', Global Witness, 20 December 2022, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/violence-torture-and-threats-continue-allege-land-and-environmental-defenders-amazonian-brazil-palm-oil-region/>.
188. UN Environmental Programme, 'COP27 ends with announcement of historic loss and damage fund', 22 November 2022, <https://www.unep.org/news-and-stories/story/cop27-ends-announcement-historic-loss-and-damage-fund> (accessed: July 2023).
189. 'Sierra Leone enacts unprecedented laws requiring explicit community consent, land rights for women, and strong environmental protection', Business and Human Rights Centre, 16 August 2022, <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/sierra-leone-enacts-unprecedented-laws-requiring-explicit-community-consent-land-rights-for-women-and-strong-environmental-protection/> (accessed: July 3, 2023).

REFERÊNCIAS CONTINUAM

190. Global Witness, 'A historic sentence in Peru brings hope for land and environmental defenders', <https://www.globalwitness.org/en/blog/historic-sentence-peru-brings-hope-land-and-environmental-defenders/>; 'Peruvian loggers given 28 years in jail for murder of four Indigenous leaders', The Guardian, 17 February 2023, <https://www.theguardian.com/world/2023/feb/17/peru-illegal-logging-murder-indigenous-leaders> (accessed: July 2023).
191. 'Supreme Court orders protection of Veracruz's reefs and wetlands,' Aida, 9 February 2022, <https://aida-americas.org/en/press/supreme-court-orders-protection-of-veracruz-s-reefs-and-wetlands> (accessed: July 2023).
192. 'Reaffirming the legitimate protection of the right to a healthy environment,' Aida, 24 February 2022, <https://aida-americas.org/en/blog/reaffirming-the-legitimate-protection-of-the-right-to-a-healthy-environment> (accessed: July 2023).
193. 'Indigenous Elders Have Defeated A Massive Australian Gas Company in Court,' Vice, <https://www.vice.com/en/article/7k8wqy/indigenous-elders-have-defeated-a-massive-australian-gas-company-in-court> (accessed: July 2023).
194. European Center for Not-for-Profit Law, International Standards Protecting the Climate and its Defenders, <https://ecnl.org/handbook-climate-international-standards> (accessed: July 2023).
195. Ibid.
196. Ibid.
197. 'UN Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations "Protect, Respect and Remedy" Framework,' endorsed by the Human Rights Council 16 June 2011, https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/oecd-guidelines-for-multinational-enterprises-on-responsible-business-conduct_81f92357-en; OECD Due Diligence Guidance for Responsible Business Conduct, adopted 31 May 2018, <https://mneguidelines.oecd.org/ue-diligence-guidance-for-responsible-business-conduct.htm>.

ENCONTRE OS FATOS EXPONHA A HISTÓRIA MUDE O SISTEMA

Contestando abusos de poder para
proteger os direitos humanos e para
garantir o futuro do nosso planeta.

globalwitness.org

ISBN: 978-1-911606-73-4

Publicadas: Setembro 2023

A Global Witness é uma empresa limitada por garantia
e incorporada na Inglaterra (No.2871809) © Global Witness 2023

Impresso em celulose residual pós-consumo, 100% reciclada.
Papel certificado: EU Ecolabel, FSC e Carbon Balanced.

global witness



Photography by Bloomberg (contributor/Getty Images), Ezra Acayan (stringer/Getty Images), Alan Chaves (contributor/Getty Images), ©Marizilda Cruppe (Greenpeace), Bridgette Cyr (Global Witness), Tomasz Dutkiewicz (iStock Images), Negrita Films (Global Witness), Karina Iliescu (Global Witness), Vizzor Image (contributor/Getty Images), ©Marie Jacquemin (Greenpeace), Felipe Luna (Global Witness), Safira Moreira (Global Witness), Cícero Pedrosa Neto (Global Witness), Nhac Nguyen (contributor/Getty Images), NurPhoto (contributor/Getty Images), Steven Pargett, Fotohólica Press (contributor/Getty Images), Jasmin Qureshi (Global Witness), Frank Ramspott (contributor/Getty Images), Basilio Sepe (Global Witness), Alina Tiphagne (Global Witness), ©Ivan Valencia (Greenpeace), Dennese Victoria (Global Witness), Matthew Williams-Ellis Travel Photography (Alamy Stock Photo).